



ESTRATÉGIA TRE-PI

2015-2020



Tribunal Regional Eleitoral
do Piauí





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

ESTRATÉGIA TRE-PI

2015-2020

Teresina-PI
2015



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Diretoria-Geral
Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
Praça Desembargador Edgar Nogueira s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830 Teresina – Piauí
Telefone: (86) 2107-9956
e-mail: asplan@tre-pi.jus.br

Elaboração:

Equipe da Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
Titular: Joana D'arc Sousa Macêdo Lima
Estatístico: Bruno Mortari / Estagiária - Suelem Freitas
Equipe de apoio: Elias Dutra, Antônio Júnior, Margaret Alacoque, Paulo Karol

Validação:

- Áreas estratégicas: Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria Judiciária, Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças, Secretaria de Tecnologia da Informação; Corregedoria Regional Eleitoral, Coordenadoria de Controle Interno; Escola Judiciária Eleitoral, Ouvidoria, Imprensa e Comunicação Social; e
- Comitê Gestor do Plano Estratégico do TRE/PI (Diretoria-Geral, Assessoria Jurídica da Presidência, Secretarias, Corregedoria, Controle Interno e Auditoria, Asplan) e Juizes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria.

Aprovação:

Pleno do TRE/PI

Editoração eletrônica e capa:

Breno Ponte de Brito - SECOM

Normalização :

Jovita Maria Gomes Oliveira – SEJUB

Disponível também em: <<http://www.tre-pi.jus.br>>

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral (PI).
Estratégia do TRE-PI: 2015-2020 / Tribunal Regional Eleitoral do Piauí – Teresina: TRE-PI, 2015.
50 p. : il. color.; 29 cm.

1. Plano estratégico – TRE-PI- 2015-2020. 2. Planejamento administrativo.
I. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. II. Título.

CDD: 658.4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Composição do Pleno do TRE/PI

Desembargador Edvaldo Pereira de Moura

Presidente

Desembargador Joaquim Dias de Santana Filho

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral

Dr. Francisco Hélio Camelo Ferreira

Juiz Federal

Dr. Dioclécio Sousa da Silva

Dr. José Vidal de Freitas Filho

Juizes de Direito

Dr. José Wilson Ferreira de Araújo Júnior

Dr. José Gonzaga Carneiro - Substituto

Juristas

Dr. Kelston Pinheiro Lages

Procurador Regional Eleitoral

Composição do Órgão Consultivo do TRE/PI

Juiz Thiago Brandão de Almeida

Juiz Auxiliar da Presidência

Juiz João Gabriel Furtado Baptista

Juiz Auxiliar da Corregedoria

Composição da Secretaria do TRE/PI

Silvani Maia Resende Santana

Diretora-Geral

Clícia Marques Nogueira Coelho

Secretária de Gestão de Pessoas

Hediane Lima Xavier

Secretária Judiciária

Anderson Cavalcanti de Lima

Secretário de Tecnologia da Informação

Paulo Ivan da Silva Santos

Secretário de Administração, Orçamento e Finanças

Joana D'arc Sousa Macêdo Lima

Assessora de Planejamento e Gestão Estratégica





Apresentação	5
1. Contexto histórico	7
2. Diretriz estratégica institucional.....	9
2.1 Identidade Institucional	9
2.2 Mapa da Estratégia TRE/PI 2015-2020	10
2.3 Objetivos estratégicos e caracterização descritiva	11
3. Diagnóstico institucional.....	15
4. Referencial teórico-metodológico	17
5. Indicadores de desempenho.....	18
5.1 Indicadores estratégicos	19
5.2 Descrição dos indicadores.....	20
Anexos	35
Anexo I Abreviaturas - Unidades responsáveis - cumprimento/medição - indicadores	37
Anexo II Indicadores por área responsável	38
Anexo III Indicadores e iniciativas relacionadas	39
Anexo IV Iniciativas por área responsável.....	42
Anexo V Mapa da Estratégia TRE/PI 2013-2014, alinhamento com a Justiça Eleitoral.....	44
Anexo VI Mapa da Estratégia TRE/PI 2010-2014, alinhamento com o Poder Judiciário 2010-2014...	45
Anexo VII Mapa da Estratégia TRE/PI 2009-2013, primeiro Plano Estratégico do TRE/PI	46
Anexo VIII Mapa da Estratégia do Tribunal Superior Eleitoral 2015-2020.....	47
Anexo IX Macrodesafios do Poder Judiciário 2015-2020	48
Anexo X Macrodesafios do Poder Judiciário, aplicáveis a Justiça Eleitoral 2015-2020	49
Anexo XI Quadro resumo das atualizações da Estratégia TRE-PI	50





Apresentação

Assim como os seres humanos, que perseguem os seus fins pessoais, para a satisfação das necessidades básicas e derivadas, indispensáveis ao desenvolvimento de suas potencialidades culturais e profissionais, os órgãos e as instituições nacionais, para a realização das primárias aspirações a que se propõem, devem estabelecer, também, claramente, os seus objetivos permanentes, com base nos mais sadios valores e sempre sob o norte da eticidade.

Fixados e definidos, adequadamente, os objetivos a serem buscados, inspirados nos reais interesses e aspirações do seu destinatário - o povo - a que se deve servir, surge a necessidade da implementação, através de nossas elites, da mais inteligente e bem pensada ação política e da correspondente atividade estratégica, com os seus cenários prospectivos, para que as instituições nacionais, como a Justiça Eleitoral a que pertencemos, possam realizar o bem comum, objetivo-síntese com que tanto sonhamos.

A missão de captar, interpretar e de tornar consistente os legítimos anseios dos órgãos e instituições vinculados ao poder político tripartite, segundo o magistério da Escola Superior de Guerra, pelo elevado nível de consciência crítica, de sério compromisso e de "participação mais efetiva e mais esclarecida", na vida social e política do Estado, tem que ser confiada às suas elites, "conjunto das pessoas que, nos respectivos campos de atuação, destacam-se pelas suas aptidões superiores, por tal ou qual via, capazes de influir, socialmente, mais do que a média dos integrantes daquele segmento de que fazem parte".

A tarefa do administrador, como sabemos todos nós, a cada dia, por força dos problemas relacionados com a dinamicidade da vida, com os graves e resistentes desafios, com as radicais mudanças comportamentais, com os avanços da ciência, da informática e da tecnologia, com as preconizações dos novos tempos, vem se tornando mais difícil, mais exigente e mais complexa, impondo a todos os que têm uma parcela de poder, em todas as áreas, firme tomada de posição e a mais coerente, planejada, inteligente, adequada e consistente ação política e estratégica, contra as resistências e os óbices que se antepõem ao cumprimento da missão de que estão encarregados.

Ainda bem que o Poder Judiciário, como um todo, e a Justiça Eleitoral, em especial, de há muito, aperceberam-se da necessidade de adotarem esses importantes instrumentos políticos e estratégicos para que, de forma segura e planejada, possam tornar a jus mais ágil e mais eficiente e garantir a legitimidade do processo eleitoral e a intangibilidade da democracia representativa.

De fato, a ação política e a atividade estratégica são, hoje, meios indispensáveis ao atingimento das metas traçadas pelos tribunais eleitorais, por meio das quais, são estabelecidas as suas diretrizes, todos os passos das atividades de que devem desincumbir-se, como determina a Carta Política Cidadã de 1988.

Através de percuente, contínuo e bem analisado processo de aperfeiçoamento, os tribunais eleitorais fixam, priorizam e implementam suas iniciativas, por meios de projetos, programas e ações, procurando, em última análise, prestar serviços de excelência em favor do

eleitor, dos partidos políticos e dos candidatos, sempre preocupado com a consolidação do regime democrático, de que deve participar o cidadão, tomando as rédeas do seu próprio destino.

É imperioso que a ação política e o planejamento estratégico sejam avaliados e periodicamente revisados dentro e de acordo com as metas e as diretrizes fixadas com visão de conjunto pelo Conselho Nacional de Justiça.

Fruto dessa cuidadosa e permanente revisão, o Planejamento Estratégico, que ora submetemos à apreciação de todos os que fazem a Justiça Eleitoral do Piauí, abrangendo o período 2015-2020, acha-se em perfeita sintonia com as diretrizes do CNJ e para que os entraves e obstáculos e os melhores resultados alcançados, confiamos no engajamento e no decidido apoio dos nossos ilustres pares, dos magistrados e membros do Ministério Público Eleitoral, dos nossos qualificados servidores e demais parceiros dessa árdua empreitada e nem sempre bem compreendida empreitada.

Não podemos deixar de reconhecer o nível de excelência dos trabalhos desenvolvidos pelos nossos dedicados, eficientes, comprometidos e diligentes servidores.

A excelência e a importância desse planejamento estratégico para o êxito das ações institucionais deste egrégio Tribunal saltam aos olhos de todos. Merece destaque o didático e bem pensado planejamento estratégico, com metas a serem alcançadas e inteligentes ações a serem executadas, a curto, a médio e a longo prazos, sobre o movimento cívico- Tribunal Cidadão - empenhado não apenas em conduzir, seguindo uma rotina burocrática, o processo eleitoral, do alistamento à diplomação dos candidatos eleitos, mas assumindo uma postura proativa de interlocução com todas as forças vivas da sociedade civil organizada, buscando a elevação do nível de educação política e de consciência crítica do cidadão piauiense, em defesa de eleições limpas, do voto livre e consciente, da legitimidade do processo eleitoral, infelizmente ainda tísido pelo abuso do poder político, do poder econômico, da fraude e da corrupção.

Teresina, 27 de março de 2015

Des. Edvaldo Pereira de Moura

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí

1. Contexto histórico

O processo de construção e formulação do Plano Estratégico do TRE-PI teve início em junho de 2007, com a instituição de um Grupo de Trabalho representado por servidores das diversas Unidades do Tribunal. Esse Grupo realizou treinamentos e reuniões de sensibilização com gestores e servidores acerca da importância do planejamento estratégico como ferramenta de gestão para atuação institucional. Além dessas atividades, aplicou questionário visando identificar o diagnóstico do órgão, com ênfase em sete critérios de avaliação - liderança; estratégias e planos; processos; informação e conhecimento; pessoas e cidadãos; infraestrutura; e sociedade.

Para concepção do Plano Estratégico - documento formal que materializa o planejamento estratégico - foi utilizada a metodologia *Balanced Scorecard (BSC)*, teorizada por David Norton e Robert Kaplan. Trata-se de uma metodologia de gestão que permite a tradução da missão e visão de futuro da organização em objetivos estratégicos que se interligam numa relação de causa e efeito, sendo representados por quatro perspectivas: sociedade; processos internos; aprendizado e crescimento/pessoas; e recursos. Para cada objetivo foram traçados indicadores e metas, que cumprem o papel de propiciar o monitoramento do Plano Estratégico, em um contínuo e sistemático processo de acompanhamento do desempenho organizacional.

Nessa linha teórica de atuação, foi realizada, em junho/2008, Reunião Geral para elaboração do Plano Estratégico do Tribunal, cuja condução dos trabalhos esteve sob responsabilidade de consultoria externa. Participaram dessa Reunião, 55 (cinquenta e cinco) servidores e gestores, em que foram definidas e validadas as diretrizes estratégicas para o quinquênio 2009-2013, cuja aprovação ocorreu com a edição da Resolução TRE/PI nº 153/2008, na Sessão Plenária de 17 de dezembro de 2008.

Em março de 2009, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a Estratégia do Poder Judiciário, com a publicação da Resolução CNJ n.º 70/2009, que determinou aos Tribunais a elaboração do Plano Estratégico alinhado à Estratégia Nacional. Seguindo as diretrizes traçadas pelo CNJ, o TRE/PI promoveu, em novembro de 2009, o alinhamento do Plano Estratégico do Tribunal à Estratégia do Poder Judiciário, por meio da realização de workshop com os gestores do órgão, sob coordenação de consultor técnico da Fundação Getúlio Vargas, contratado pelo CNJ para auxiliar os Tribunais durante o processo de alinhamento. Concluídos os trabalhos, a Estratégia do TRE/PI 2010-2014 foi aprovada pela Corte do Tribunal, em 14 de dezembro de 2009.

A etapa seguinte - 2010 a 2012 - foi marcada pelo acompanhamento dos indicadores estratégicos, como forma de aferir o alcance dos objetivos estabelecidos na Estratégia 2010-2014. Nessa linha de atuação, foram realizadas Reuniões de Avaliação da Estratégia - RAE, cujo fim precípua resume-se na apresentação - aos gestores e servidores - dos resultados quanto ao desempenho do Tribunal, bem como elaboração e avaliação de planos de ação e projetos visando melhorar os índices de desempenho institucional, em um contínuo processo de comunicação, execução, aprendizagem e, conseqüente, reformulação da Estratégia.

Com a edição da Resolução TSE nº 23.371, publicada em 09/03/2012 e da Portaria TSE nº 620, de 05/12/2012, que dispõe sobre o Planejamento Estratégico e respectiva regulamentação no âmbito da Justiça Eleitoral, cada Regional recebeu a incumbência de realizar alinhamento às diretrizes estabelecidas nos mencionados documentos.

Nesse passo, o TRE/PI realizou reuniões por área estratégica (Judiciária, Gestão de Pessoas, Tecnologia da Informação, Administração, Orçamento e Finanças, Ouvidoria, Corregedoria e a unidade de Planejamento e Gestão Estratégica) para definir e alinhar indicadores, metas, objetivos, visão, missão e valores, bem como os principais projetos para alcance dos resultados. Consolidadas as conclusões de cada área, foi realizada Reunião do Comitê Gestor do Plano Estratégico para validação dos novos elementos

direcionadores da atuação do Tribunal, com a definição da Estratégia TRE/PI 2013-2014, alinhada às diretrizes da Justiça Eleitoral.

Concluído o quinquênio 2010-2014, apresentou-se a necessidade de revisar o Plano Estratégico da Justiça Eleitoral do Piauí, uma vez que este instrumento orienta as decisões organizacionais, contribuindo para maior racionalização na aplicação dos recursos públicos, maior produtividade e melhor qualidade dos serviços prestados.

Em 2014, o Conselho Nacional de Justiça publicou a Resolução nº 198, que dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica no âmbito do Judiciário, estabelecendo as diretrizes a serem seguidas pelos órgãos do judiciário brasileiro. Tal ato normativo está em consonância com as conclusões do VII Encontro Nacional do Judiciário, realizado em novembro de 2013, em Belém-PA, ocasião em que os presidentes dos 91 tribunais brasileiros aprovaram os macrodesafios da Estratégia do Judiciário 2020.

Ressalte-se que os macrodesafios foram definidos com ampla participação dos órgãos do Judiciário, que se organizaram por meio de uma rede colaborativa de governança, coordenada pela Presidência do Conselho Nacional de Justiça.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral do Piauí promoveu o quarto ciclo de planejamento estratégico (1º – 2008-2013; 2º – 2010-2014; 3º – 2013-2014), em que, de forma integrada e participativa, magistrados, servidores, terceirizados e colaboradores contribuíram para a construção das diretrizes estratégicas do TRE-PI para o sexênio 2015 - 2020.

As etapas para revisão da Estratégia resumiram-se na aplicação de pesquisas junto a servidores, terceirizados, eleitores, mesários, magistrados, bem como realização de reuniões com as diversas unidades deste Regional. A partir da análise do resultados dessas pesquisas, foram apresentadas sugestões de macrodesafios, bem como dos demais componentes de uma Plano Estratégico institucional.

As sugestões apresentadas pelas Unidades foram analisadas e validadas pelo Comitê Gestor do Plano Estratégico e resultou no Plano Estratégico do TRE/PI 2015-2020, alinhado às diretrizes nacionais do Poder Judiciário.

2. Diretriz estratégica institucional

2.1 Identidade Institucional

A identidade de uma organização representa o direcionamento das ações e decisões da Instituição, sendo definida a partir do trinômio missão, visão e valores, bem como dos objetivos estratégicos delineados.

Missão é uma declaração sobre a razão de ser da organização, fornecendo uma indicação sucinta e clara daquilo a que a instituição se propõe e subsidia a tomada de decisões, criando um clima de comprometimento dos colaboradores para realização dos processos de trabalho.

Visão de futuro define o que a organização pretende ser a médio e longo prazo, permitindo aos servidores entenderem o que é preciso mudar ou melhorar para que a missão seja concretizada.

Valores orientam e direcionam o comportamento das pessoas no desenvolvimento das atividades, conferindo coerência e unidade na atuação institucional.

Atributos de valor representam o conjunto de valores a ser oferecido aos usuários do serviço, a partir do posicionamento pretendido pela organização.

2015 **Visão de Futuro:** Ser reconhecido pela excelência na efetividade da gestão do processo eleitoral 2020

Conteúdo descritivo da Visão: Ser reconhecido pela sociedade como Instituição que desenvolve sua função de forma efetiva, célere, acessível, imparcial e com excelência na gestão do processo eleitoral, que engloba

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral

Conteúdo descritivo da Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral, por meio de uma atuação que assegure o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Atributos de valor para a sociedade

Credibilidade: refere-se ao respeito e confiança perante a sociedade

Acessibilidade: viabilização de formas efetivas de acesso à Justiça Eleitoral do Piauí.

Transparência e controle social: disponibilização das informações e atos institucionais com visibilidade plena, bem como das formas de participação do cidadão na fiscalização, monitoramento e controle das ações e decisões administrativas.

Ética: atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade.

Celeridade: prestação dos serviços de forma rápida e efetiva.

Imparcialidade: realização das atividades e tomada de decisões com observância aos princípios da imparcialidade e impessoalidade.

Responsabilidade socioambiental: realização de ações com observância à sustentabilidade e preservação ambiental.

Eficiência: serviços prestados e atividades realizadas com economicidade no uso de recursos, a fim de garantir resultados efetivos e atender ao interesse público com eficácia e elevado índice de satisfação.

Valores do TRE-PI

Transparência: disponibilização das informações e atos institucionais com visibilidade plena no desempenho das atribuições.

Comprometimento: sentimento de responsabilidade pelo cumprimento da missão e alcance da visão do TRE, com envolvimento e participação.

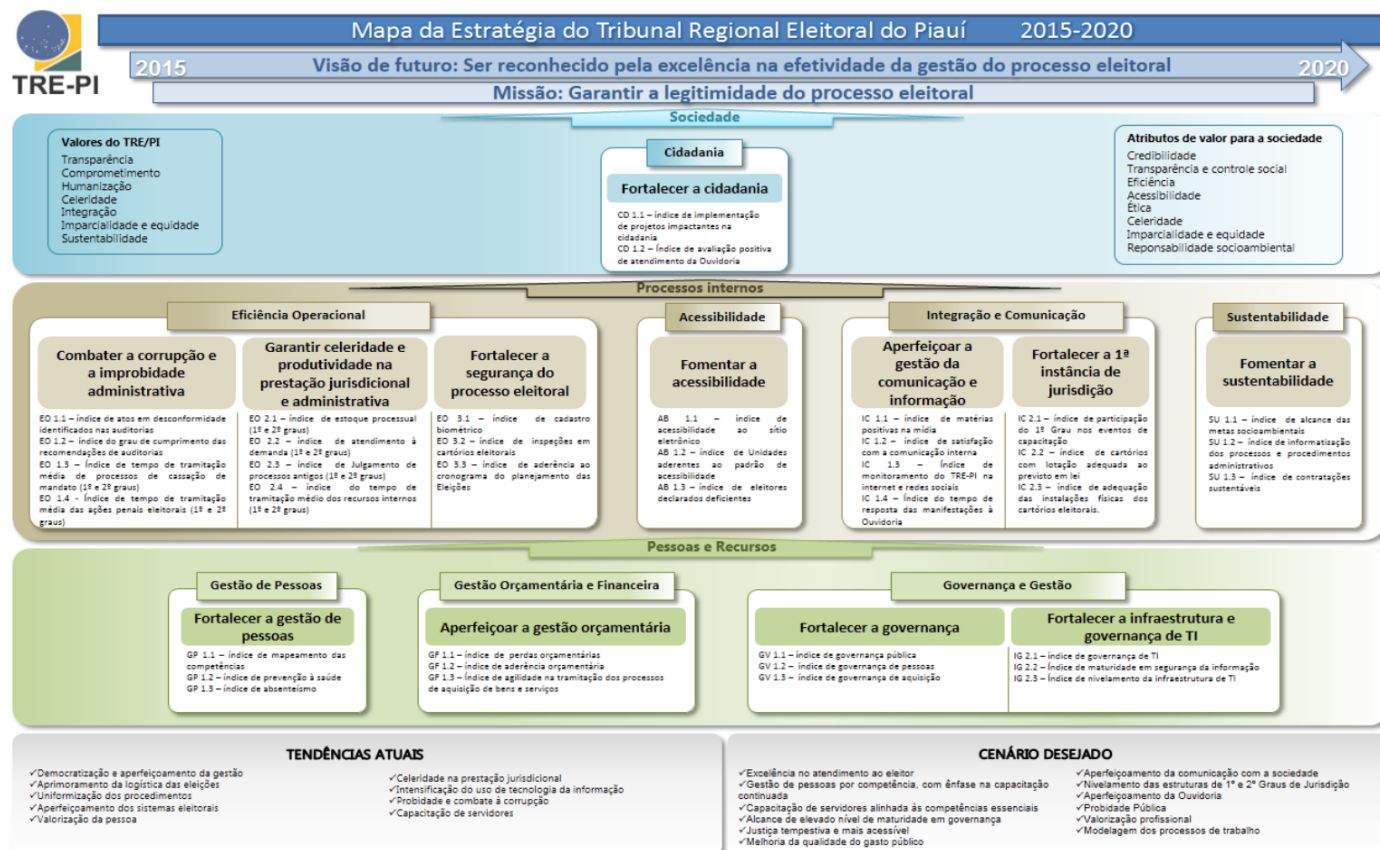
Celeridade: desempenho dos processos de trabalho de forma rápida e efetiva.

Integração: atuação conjunta e integrada dos servidores e gestores, de modo a evidenciar capacidade de executar as atividades com confiança mútua e participação efetiva.

Imparcialidade e equidade: realização de atividades e tomada de decisões com observância aos princípios da imparcialidade, impessoalidade e senso de justiça.

Humanização: engloba o aspecto humano na prestação de serviços e no atendimento ao público, bem como no desenvolvimento contínuo dos servidores nas competências essenciais, instituindo mecanismos que proporcionem o reconhecimento do servidor pela contribuição prestada à melhoria no desempenho institucional.

Sustentabilidade: atuação institucional voltada para melhoria da qualidade do gasto público, por meio da eliminação de desperdícios, e promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica.



2.3 Objetivos estratégicos e caracterização descritiva

Objetivos estratégicos são os principais macrodesafios priorizados pela Organização a partir da missão, visão e valores para que a Estratégia seja bem-sucedida. São os vetores que indicam o que deve ser realizado para o alcance de melhorias do desempenho institucional.

Os objetivos eleitos pelo TRE-PI para a Estratégia 2015-2020 foram priorizados e organizados em oito temas estratégicos e correspondente perspectiva (sociedade, processos internos, pessoas e recursos), numa relação de causa e efeito que permitem a tradução em indicadores e metas para medição de desempenho.

Temas estratégicos referem-se aos elementos norteadores dos objetivos e definem as principais vertentes de atuação da Instituição de forma complementar e simultânea, constituindo-se em um conjunto de objetivos integrados em uma mesma área temática de atuação. Foram eleitos oito temas estratégicos: cidadania; eficiência operacional; acessibilidade; integração e comunicação; sustentabilidade; gestão de pessoas; gestão orçamentária e financeira; e governança e gestão.

A cada tema há, no mínimo, um correspondente objetivo macro, delineados a partir das perspectivas estratégicas e temas relacionados. Ao tema Cidadania, corresponde o objetivo fortalecer a cidadania.

No que concerne ao tema Eficiência Operacional foram definidos três objetivos: combater a corrupção e a improbidade administrativa; garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e administrativa; e fortalecer a segurança do processo eleitoral.

Para o tema Acessibilidade foi definido o objetivo fomentar acessibilidade. Ao tema Integração e Comunicação correspondem dois objetivos: aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação; e fortalecer a 1ª instância de jurisdição.

O TRE-PI elegeu, ainda, como tema estratégico o sustentáculo de um meio ambiente saudável – a Sustentabilidade, para o qual foi definido o objetivo fomentar a sustentabilidade. Somados a esse, o tema Gestão de Pessoas, que contempla o objetivo fortalecer a gestão de pessoas.

E, numa linha de atuação que prioriza a gestão orçamentária e financeira, bem como a governança e gestão como tema estratégico, foram definidos respectivamente o objetivo aperfeiçoar a gestão orçamentária; fortalecer a governança; e fortalecer a infraestrutura e governança de TI.

Nas linhas seguintes, encontram-se registrados os objetivos e caracterização descritiva, organizados a partir das perspectivas e temas estratégicos.

Perspectiva – Sociedade

Tema - Cidadania

Fortalecer a cidadania

Está relacionado à garantia, no plano concreto, dos direitos da cidadania em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado, como usuário dos serviços públicos, e cidadão-eleitor, por meio de ações voltadas para cidadania eleitoral.

Perspectiva – Processos Internos

Tema – Eficiência Operacional

Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Refere-se à implementação de ações visando à proteção da coisa pública, à garantia da probidade administrativa, à lisura nos processos eleitorais e à persecução dos crimes eleitorais.

Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e administrativa

Refere-se à materialização do comando constitucional da razoável duração do processo, visando à garantia da prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como ao aumento da produtividade dos servidores e magistrados.

Fortalecer a segurança do processo eleitoral

Relaciona-se às iniciativas que visem garantir o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência do processo eleitoral, por meio do sistema de cadastramento biométrico, utilização de tecnologias e melhoria do processo de planejamento integrado das eleições.

Tema – Acessibilidade

Fomentar a acessibilidade

Refere-se à implementação de ações voltadas para propiciar a plena participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no processo eleitoral, por meio do acesso às informações e aos serviços prestados pelo TRE/PI, bem como total acesso ao exercício do voto, com segurança e autonomia.

Tema – Integração e Comunicação

Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação

Refere-se ao aprimoramento da gestão da comunicação institucional com o público interno e externo, utilizando linguagem objetiva e acessível, bem como disponibilização de informações relevantes.

Fortalecer a 1ª instância de jurisdição

Está relacionado à implementação de ações voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade e da efetividade dos serviços prestados nas Zonas Eleitorais alinhadas às diretrizes da Secretaria do Tribunal.

Tema – Sustentabilidade - Perspectiva Processos Internos

Fomentar a sustentabilidade

Refere-se à promoção de ações visando ao aperfeiçoamento da qualidade dos padrões de compra e consumo consciente; uso sustentável dos recursos naturais e dos bens públicos; melhoria da gestão documental; e adesão a uma logística sustentável de contratações.

Perspectiva – Pessoas e Recursos

Tema – Gestão de Pessoas

Fortalecer a gestão de pessoas

Está relacionado à promoção do desenvolvimento de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, com foco na potencialização do capital humano, desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores; valorização dos colaboradores, humanização nas relações de trabalho e adequada distribuição da força laboral.

Tema – Gestão Orçamentária e Financeira

Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Refere-se ao alinhamento das necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Relaciona-se, ainda, aos mecanismos para alinhar as necessidades referentes a custeio, investimentos e pessoal, visando ao aprimoramento da gestão orçamentária e financeira, com adequado direcionamento dos gastos para atendimento às necessidades essenciais e prioritárias do TRE/PI.

Tema – Governança e Gestão

Fortalecer a governança

Refere-se à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às melhores práticas de governança pública, de modo a garantir eficiência operacional e transparência institucional.

Fortalecer a infraestrutura e governança de TI

Relaciona-se à disponibilização dos instrumentos de tecnologia da informação, alinhada às políticas de TI definidas pela Justiça Eleitoral. Refere-se, ainda, à estruturação e implementação de requisitos de governança, visando garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da Justiça Eleitoral do Piauí, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

Descrição dos objetivos estratégicos

Cidadania

Fortalecer a cidadania

Está relacionado à garantia, no plano concreto, dos direitos da cidadania em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado; usuário dos serviços públicos; e cidadão-eleitor, por meio de ações voltadas para cidadania plena.

Eficiência Operacional

Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Refere-se à implementação de ações visando à proteção da coisa pública, à garantia da probidade administrativa, à lisura nos processos eleitorais e à persecução dos crimes eleitorais.

Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e administrativa

Refere-se à materialização do comando constitucional da razoável duração do processo, visando à garantia da prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como ao aumento da produtividade dos servidores e magistrados.

Fortalecer a segurança do processo eleitoral

Relaciona-se às iniciativas que visem garantir o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência do processo eleitoral, por meio do sistema de recadastramento biométrico, utilização de tecnologias e melhoria do processo de planejamento integrado das eleições.

Acessibilidade

Fomentar a acessibilidade

Refere-se à implementação de ações voltadas para propiciar a plena participação das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida no processo eleitoral, por meio do acesso às informações e aos serviços prestados pelo TRE/PI, bem como total acesso ao exercício do voto, com segurança e autonomia.

Integração e Comunicação

Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação

Refere-se ao aprimoramento da gestão da comunicação institucional com o público interno e externo, utilizando linguagem objetiva e acessível, bem como disponibilização de informações relevantes.

Fortalecer a 1ª instância de jurisdição

Está relacionado à implementação de ações voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade e da efetividade dos serviços prestados nas Zonas Eleitorais alinhadas às diretrizes da Secretaria do Tribunal.

Sustentabilidade

Fomentar a sustentabilidade

Refere-se à promoção de ações visando ao aperfeiçoamento da qualidade dos padrões de compra e consumo consciente; uso sustentável dos recursos naturais e dos bens públicos; melhoria da gestão documental; e adesão a uma logística sustentável de contratações.

Gestão de Pessoas

Fortalecer a gestão de pessoas

Está relacionado à promoção do desenvolvimento de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, com foco na potencialização do capital humano, desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores; valorização dos colaboradores, humanização nas relações de trabalho e adequada distribuição da força laboral.

Gestão Orçamentária e Financeira

Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Refere-se ao alinhamento das necessidades orçamentárias ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Relaciona-se, ainda, aos mecanismos para alinhar as necessidades referentes a custeio, investimentos e pessoal, visando ao aprimoramento da gestão orçamentária e financeira, com adequado direcionamento dos gastos para atendimento às necessidades essenciais e prioritárias do TRE/PI.

Governança e Gestão

Fortalecer a governança

Refere-se à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às melhores práticas de governança pública, de modo a garantir eficiência operacional e transparência institucional.

Fortalecer a infraestrutura e governança de TI

Relaciona-se à disponibilização dos instrumentos de tecnologia da informação, alinhada às políticas de TI definidas pela Justiça Eleitoral. Refere-se, ainda, à estruturação e implementação de requisitos de governança, visando garantir confiabilidade, integridade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da Justiça Eleitoral do Piauí, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos.

3. Diagnóstico institucional

Diagnóstico institucional corresponde à etapa do planejamento estratégico em que são realizadas análises contemplando a situação interna e externa da organização.

Na análise do ambiente interno do TRE/PI foram dimensionados os pontos fortes e pontos fracos que exercem influência nas atividades do Tribunal, sejam como forças ou como fraquezas. Nesse aspecto foram inseridos componentes de análise referentes a servidores/pessoas; infraestrutura física e tecnológica; processos de trabalho; atividades de capacitação profissional, dentre outros.

No que pertine à análise do ambiente externo ao TRE/PI foram dimensionadas oportunidades e ameaças que englobam componentes de natureza econômica, política, social e tecnológica.

Eis o quadro-resumitivo da análise swot:

	Pontos fortes: Características ou qualidades internas controláveis que influenciam positivamente o desempenho da organização e devem estimular a adoção de medidas de impulsionamento das forças	Pontos Fracos: Características internas controláveis que se constituem desfavoráveis para o bom desempenho da organização. Esses pontos devem ser monitorados para identificação de melhorias visando mitigar ou eliminar as fraquezas.
Interna (Organização)	PONTOS FORTES - Comprometimento dos servidores com o processo eleitoral e com a melhoria dos serviços prestados à sociedade - Comprometimento dos servidores com a boa imagem do Tribunal - Bom clima no ambiente de trabalho - Segurança, transparência e celeridade das eleições; - Planejamento Estratégico institucionalizado; - Jornada de trabalho; - Disponibilidade de sistemas de TI - Capacitação continuada dos servidores - Parque computacional moderno - Canais eficientes de atendimento ao cliente (Ouvidoria, Fale Conosco, Disque Eleições, Central de serviços de TI, Central de serviços gerais) - Capilaridade da Justiça Eleitoral do PI - Boa Relação com os veículos e profissionais de comunicação - Plano de comunicação em anos eleitorais - Gestão Processual otimizada no 1º e 2º Graus - Estruturação dos mecanismos de Governança - Gestão socioambiental - Gestão da informação orientada (Manuais, cartilhas, códigos, dentre outros) - Cadastramento biométrico - Gestão de custos	PONTOS FRACOS - Número reduzido de servidores - Inadequada distribuição de servidores entre as unidades - Inadequação de espaço físico (sede e cartórios) - Falta de visão sistêmica e falha de comunicação entre as unidades - Resistência a mudanças - Ausência do cargo de Oficial de Justiça - Ausência de cargo efetivo na área de jornalismo e/ou comunicação social - Difícil acesso físico à Ouvidoria - Inexistência de campanhas institucionais permanentes. - Acessibilidade incipiente nas Unidades administrativas - Ausência de estacionamento - organização inadequada da circunscrição das Zonas Eleitorais - Ausência de um setor psicossocial. - Ferramenta limitada de gestão de documentos, LibreOffice - Não aderência da execução orçamentária ao planejado - Falta de sistema informatizado e unificado, com recurso em rede, que permita o controle e registro e principalmente o compartilhamento e emissão de relatórios consolidados para gestão de informações - Falta de um espaço físico adequado para funcionamento da comissão socioambiental - Falta de estrutura na área de engenharia na elaboração e execução de projetos - Inexistência de um processo judicial virtual
	Oportunidades: Variáveis externas, atuais ou futuras, não controláveis pela organização, que podem criar condições favoráveis à atuação institucional, desde que haja condições e interesse em aproveitá-las satisfatoriamente, a partir da adoção de estratégias institucionais.	Ameaças: Variáveis externas, atuais ou futuras, não controláveis pela organização, que podem criar condições desfavoráveis à atuação institucional. Contudo, podem ser gerenciadas, desde que identificadas em tempo hábil, a partir da adoção de estratégias institucionais para fortalecer a imagem do TRE/PI na sociedade.
Externa (Ambiente)	OPORTUNIDADES - Bom nível de satisfação da sociedade com a qualidade dos serviços prestados pelo TRE-PI; - Estabelecimento de parcerias com outras instituições; - Crescente demanda da sociedade pelos serviços eleitorais; - Maior participação e conscientização política do cidadão - Ampliação da atuação da Justiça Eleitoral no que tange ao cadastro único - Aumento da demanda pelo Serviço de Informação ao Cidadão - Fortalecimento da Justiça Eleitoral por meio da Reforma política	AMEAÇAS - Custo elevado do processo eleitoral - Crítica à segurança do sistema eletrônico de votação - Restrição orçamentária

No que concerne à identificação dos *stakeholders* - partes interessadas ou intervenientes, que se refere a pessoas ou grupo de pessoas, entidades públicas ou privadas com interesses legítimos nas atividades e ações de uma Organização e que direta ou indiretamente produzem impacto ou são impactados pelas atividades e resultados da Organização, o TRE-PI alinha-se ao entendimento de que conhecer as necessidades e expectativas dos *stakeholders* se faz de especial relevância para o planejamento de ações efetivas no intuito de ir ao encontro dessas necessidades, construindo, assim, uma imagem coerente do Tribunal junto aos *stakeholders*.

Ressalte-se que para a identificação das partes interessadas, bem como para realização da análise de cenário e definição de valores e atributos de valor; temas, objetivos, indicadores e metas foram utilizadas como base norteadora os relatórios das pesquisas realizadas com servidores, mesários, eleitores e magistrados. E, ainda, pesquisa de diagnóstico estratégico; pesquisa de clima organizacional; relatórios de avaliação das eleições e relatórios de análise da Estratégia.

No quadro abaixo, consta relação dos principais agentes impactados, envolvidos e interessados na gestão do processo eleitoral.

Principais <i>stakeholders</i> - TRE/PI	
▪ Eleitores	
▪ Candidatos	
▪ Mesários	
▪ Servidores	
▪ Sociedade	
▪ Representantes dos Partidos Políticos	
▪ Advogados que atuam na área eleitoral	
▪ Associações, Sindicatos e Conselhos de Classe	

4. Referencial teórico-metodológico

A Estratégia do TRE/PI 2015-2020, alinhada à Estratégia do Poder Judiciário utilizou, na sua formulação, a metodologia *Balanced Scorecard* (indicadores balanceados de desempenho), desenvolvida por David Norton e Robert Kaplan.

Trata-se de uma metodologia eficaz para a gestão estratégica, pois reflete um equilíbrio entre indicadores, metas e objetivos, que se traduz em sistema de mensuração e comunicação do desempenho organizacional, conforme resultados alcançados, sob perspectivas que se interligam entre si, numa relação de causa e efeito.

Impende ressaltar que a metodologia BSC - enquanto ferramenta para um modelo de Organização Orientada para a Estratégia e que traduz de forma integrada visão, missão, valores e objetivos - contribui para alinhar as áreas de atuação (estratégicas e operacionais), bem como servidores e gestores, em torno de ações que direcionem esforços para o cumprimento da Estratégia Institucional.

A utilização do BSC, a partir de uma análise balanceada e integrada da atuação institucional, permite descrever a Estratégia, por intermédio de vetores decompostos em objetivos vinculados a temas estratégicos, indicadores de desempenho, metas e iniciativas nas dimensões/perspectivas definidas para acompanhamento do desempenho da organização: pessoas e recursos; processos internos; e sociedade.

- **Pessoas e recursos:** constitui-se na priorização de investimentos na capacitação e qualificação dos servidores; melhoria dos sistemas de informação e de infraestrutura e tecnologia, bem como otimização da gestão financeira e orçamentária, numa relação de causa e efeito com as ações que precisam ser efetivadas nas demais perspectivas interligadas, de modo a contribuir para o alcance de resultados estratégicos satisfatórios.
- **Processos internos:** expressa a identificação e alinhamento de procedimentos e processos de trabalho necessários para elevar o nível da qualidade dos serviços prestados, dos resultados alcançados e dos processos de trabalho que irão impactar na satisfação das necessidades dos clientes externos.
- **Sociedade:** essa perspectiva traduz a missão, visão e valores institucionais para os clientes externos, a partir de uma atuação voltada para satisfação das necessidades dos segmentos da sociedade relacionados ao principal negócio da Instituição, de modo a atender às expectativas do cidadão por meio de ações que denotem a qualidade e excelência dos serviços prestados.

É, pois, o monitoramento conjunto e integrado das ações direcionadas a servidores, à área de infraestrutura e tecnologia, orçamento estratégico e processos internos, que contribui para melhorar o desempenho esperado pela sociedade e por todos os interessados envolvidos.



5. Indicadores de desempenho

Indicadores referem-se às formas de representação dos resultados alcançados e são utilizados para acompanhar e melhorar o desempenho de cada área de atuação. Metas referem-se a objetivos quantificados no tempo, devendo ser desafiantes e relevantes para o alcance dos objetivos.

Para seleção e priorização dos indicadores foi utilizado como referencial de pesquisa teórica o *Guia Referencial para Medição de Desempenho e Manual para Construção de Indicadores, do GESPÚBLICA - Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização*.

Na mesma linha de entendimento do referencial teórico do GESPÚBLICA, o TRE/PI, a partir de uma construção integrada entre as áreas estratégicas, elegeu para gestão e mensuração de desempenho institucional, indicadores que se caracterizam por critérios de simplicidade, relevância, clareza, inteligibilidade e comunicabilidade; representatividade, confiabilidade e sensibilidade; além de critérios que contemplam aspectos de comparabilidade; estabilidade e custo, classificados em seis dimensões: efetividade, eficiência, eficácia que correspondem às dimensões relacionadas a resultados; e excelência, execução e economicidade, que se referem às dimensões de esforço.

Conforme o Guia referencial do GESPÚBLICA, os 6Es do desempenho caracterizam-se por:

- **Efetividade:** referem-se aos impactos gerados pelos produtos/serviços, processos ou projetos, bem como ao grau de satisfação ou ao valor agregado à missão da instituição;
- **Eficácia:** relaciona-se à quantidade e qualidade de produtos e serviços entregues ao usuário (beneficiário direto dos produtos e serviços da organização);
- **Eficiência:** relaciona-se aos produtos/serviços gerados com uso racional de recursos ou insumos, usualmente sob a forma de custos ou produtividade;
- **Execução:** refere-se à realização dos processos, projetos e planos de ação, conforme planejamento prévio;
- **Excelência:** refere-se à conformidade a critérios e padrões de qualidade/excelência para a realização dos processos, atividades e projetos na busca da melhor execução; e
- **Economicidade:** está alinhada ao conceito de obtenção e uso de recursos com o menor ônus possível, com adequada gestão dos recursos financeiros e físicos.

Os 6 Es do desempenho



Fonte: <http://www.gespublica.gov.br/biblioteca/pasta.2010-12-08.2954571235/Guia%20-%20Indicadores%20-%20Versao%20preliminar%2007%2009%29.pdf>

5.1 Indicadores estratégicos

Objetivo estratégico: Fortalecer a cidadania
CD1.1 - Índice de implementação de projetos impactantes na cidadania
CD1.2 - Índice de avaliação positiva de atendimento da Ouvidoria
Objetivo estratégico: Combater a corrupção e a improbidade administrativa
EO1.1 - Índice de atos em desconformidade identificados nas auditorias
EO1.2 - Índice do grau de cumprimento das recomendações de auditorias
EO1.3 - Índice de tempo de tramitação média de processos de cassação de mandato
EO1.4 - Índice de tempo de tramitação média das ações penais eleitorais
Objetivo estratégico: Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional
EO2.1 - Índice de estoque processual
EO2.2 - Índice de atendimento à demanda
EO2.3 - Índice de julgamento de processos antigos
EO2.4 - Índice de tempo de tramitação médio dos recursos internos
Objetivo estratégico: Fortalecer a segurança do processo eleitoral
EO3.1 - Índice de cadastro biométrico
EO3.2 - Índice de inspeções em cartórios eleitorais
EO3.3 - Índice de aderência ao cronograma do planejamento das eleições
Objetivo estratégico: Fomentar a acessibilidade
AB1.1 - Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico
AB1.2 - Índice de Unidades aderentes aos padrões de acessibilidade
AB1.3 - Índice de eleitores declarados deficientes
Objetivo estratégico: Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação
IC1.1 - Índice de matérias positivas na mídia
IC1.2 - Índice de satisfação com a comunicação interna
IC1.3 - Índice de monitoramento do TRE-PI na <i>internet</i> e redes sociais
IC1.4 - Índice de tempo de resposta das manifestações dirigidas à Ouvidoria
Objetivo estratégico: Fortalecer a 1ª instância de jurisdição
IC2.1 - Índice de participação do 1º Grau nos eventos de capacitação
IC2.2 - Índice de cartórios com lotação adequada ao previsto em lei
IC2.3 - Índice de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais
Objetivo estratégico: Fomentar a sustentabilidade
SU1.1 - Índice de alcance das metas socioambientais
SU1.2 - Índice de informatização dos processos e procedimentos administrativos
SU1.3 - Índice de contratações sustentáveis
Objetivo estratégico: Fortalecer a gestão de pessoas
GP1.1 - Índice de mapeamento das competências
GP1.2 - Índice de prevenção à saúde
GP1.3 - Índice de absenteísmo
Objetivo estratégico: Aperfeiçoar a gestão orçamentária
GF1.1 - Índice de perdas orçamentárias
GF1.2 - Índice de aderência orçamentária
GF1.3 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços
Objetivo estratégico: Fortalecer a governança
GV1.1 - Índice de governança pública
GV1.2 - Índice de governança de pessoas
GV1.3 - Índice de governança de aquisição
Objetivo estratégico: Fortalecer a infraestrutura e governança de TI
IG2.1 - Índice de governança de TI
IG2.2 - Índice de maturidade em segurança da informação
IG2.3 - Índice de nivelamento da infraestrutura de TI

5.2 Descrição dos indicadores

Perspectiva – Sociedade

Tema – Cidadania

Objetivo estratégico: Fortalecer a cidadania

Indicador estratégico	CD1.1 - Índice de implementação de projetos impactantes na cidadania					
Objetivo estratégico	Fortalecer a cidadania					
O que medir	Projetos estrategicamente vinculados à cidadania					
Para que medir	Fortalecer as ações e projetos voltados para a cidadania					
Como medir	<i>Projetos vinculados estrategicamente à cidadania (PVC) / Total de projetos iniciados (TPI)</i>					
Quando medir	20 de Janeiro					
Periodicidade	Anual					
Cumprimento	PRESI, EJE e demais unidades					
Medição	Gerente do EPI/ASPLAN					
Polaridade	Mediana					
Tipo	Efetividade					
Fonte	PAD					
Meta	Atingir 30% dos projetos com impacto para a Sociedade					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	30%	30%	30%	30%	30%	30%
Iniciativa relacionada	- Ação da Justiça Eleitoral – voto consciente - Jovem Eleitor na Escola					

Indicador estratégico	CD 1.2 - Índice de avaliação positiva de atendimento da Ouvidoria					
Objetivo estratégico	Fortalecer a cidadania					
O que medir	Nível de satisfação do atendimento às solicitações feitas à Ouvidoria					
Para que medir	Garantir atendimento de excelência da Ouvidoria					
Como medir	<i>Índice de satisfação do atendimento (ISOuv)</i>					
Quando medir	20 de Janeiro / 20 de Abril / 20 de julho / 20 de Outubro					
Periodicidade	Trimestral					
Cumprimento	Ouvidoria					
Medição	Servidor Representante da Ouvidoria					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Eficácia					
Fonte	Sistema de avaliação do atendimento da Ouvidoria					
Meta	Alcançar o grau de avaliação “ótimo” no atendimento da Ouvidoria, até 2020					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	-	Regular	Bom	Bom	Ótimo	Ótimo
Iniciativa relacionada	- Capacitação dos servidores da Ouvidoria em atendimento ao público					

Perspectiva – Processos Internos

Tema – Eficiência Operacional

Objetivo estratégico: Combater a corrupção e a improbidade administrativa

Indicador estratégico	EO1.1 - Índice de atos em desconformidade identificados nas auditorias					
Objetivo estratégico	Combater a corrupção e a improbidade administrativa					
O que medir	Contratos, atos, procedimentos, rotinas e outras ações administrativos em desconformidade com a Legislação					
Para que medir	Garantir aderência plena dos atos, contratos, procedimentos, rotinas e outras ações administrativos aos normativos correlatos e aos princípios da Administração Pública.					
Como medir	Nível* de desconformidade da auditoria (NDA) *De acordo com a especificidade da auditoria, será criado uma fórmula adaptada					
Quando medir	20 de Janeiro / 20 de Julho					
Periodicidade	Semestral					
Cumprimento	Todas as Unidades – TRE-PI					
Medição	COCIN - Titular da SEAGA e Titular da SEAGEP					
Polaridade	Quanto menor melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Relatórios das Auditorias					
Meta	Reduzir, até 2020, para 10% de desconformidade					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	35%	30%	25%	20%	35%	10%
Iniciativa relacionada	- Elaboração de Plano de Monitoramento das Recomendações; - Disponibilização de informações à Alta Administração acerca do cumprimento das recomendações no prazo estabelecido - Instituição de política de avaliação de controles internos - Formalização e implantação dos itens de controles internos administrativos - Aperfeiçoamento dos editais e termos de referência aos dispositivos da Lei 12846/2013 e Decreto 8420/2015; - Adaptação da Resolução referente à Comissão de Sindicância (COSIND) às determinações constantes da Lei 12846/2013					

Indicador estratégico	EO1.2 - Índice do grau de cumprimento das recomendações de auditorias					
Objetivo estratégico	Combater a corrupção e improbidade administrativa					
O que medir	Cumprimento das recomendações advindas das Auditorias					
Para que medir	Avaliar a aderência das unidades quanto às recomendações homologadas pela Presidência					
Como medir	Quantidade de recomendações cumpridas (QCC) / Quantidade de recomendações homologadas (QRH)					
Quando medir	20 de Janeiro / 20 de Julho					
Periodicidade	Semestral					
Cumprimento	Unidades auditadas					
Medição	COCIN/Titular da SEAGA e Titular da SEAGEP					
Polaridade	Quanto menor melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Relatórios de Monitoramento das Auditorias					
Meta	Alcançar, até 2020, 100% das recomendações cumpridas					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	90%	92%	94%	96%	98%	100%
Iniciativa relacionada	- Plano de Monitoramento das Recomendações - Política de avaliação de controles internos - Formalização e implantação dos itens de controles internos administrativos					

Indicador estratégico	E01.3 - Índice de tempo de tramitação média de processos de cassação de mandato					
Objetivo estratégico	Combater a corrupção e a improbidade administrativa					
O que medir	Tempo médio de tramitação dos processos que ensejam cassação de mandato eletivo					
Para que medir	Garantir agilidade dos processos e a entrega da prestação jurisdicional					
Como medir	Somatório (Tempo de tramitação dos processos de cassação de mandato julgados (TTC)) / Quantidade de processos de cassação de mandato julgados (QPCMI) Classes Processuais: AIME, AUE, RCED, RP					
Quando medir	Dia 20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal					
Cumprimento	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)					
Medição	Assistente IV – CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE					
Polaridade	Quanto menor melhor					
Tipo	Eficiência					
Fonte	SADP					
Meta	Julgar processos originários em 9 meses e os recursos, em 3 meses					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
AO	9	9	9	9	9	9
REC	3	3	3	3	3	3
Iniciativa relacionada	- Formação de Grupo de Trabalho “Gestão Processual” no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual					

Indicador estratégico	E01.4 - Índice de tempo de tramitação média das ações penais eleitorais					
Objetivo estratégico	Combater a corrupção e a improbidade administrativa					
O que medir	Tempo médio de tramitação das ações penais eleitorais					
Para que medir	Garantir agilidade dos processos e a entrega da prestação jurisdicional					
Como medir	Somatório (Tempo de tramitação das ações penais julgadas (TTAP))) / Quantidade de ações penais julgadas (QAPJ)					
Quando medir	Dia 20 do mês subsequente					
Cumprimento	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)					
Medição	Assistente IV – CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE					
Periodicidade	Mensal					
Polaridade	Quanto menor melhor					
Tipo	Eficiência					
Fonte	SADP					
Meta	Julgar ações penais em até um ano					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	1	1	1	1	1	1
Iniciativa relacionada	- Formação de Grupo de Trabalho “Gestão Processual” no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual					

Objetivo estratégico: Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Indicador estratégico	E02.1 - Índice de estoque processual					
Objetivo estratégico	Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional					
O que medir	Número de processos autuados e não julgados					
Para que medir	Garantir prestação jurisdicional efetiva, célere e democrática					
Como medir	Estoque processual, por classe (EP)					
Quando medir	Dia 20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal					
Cumprimento	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)					
Medição	Assistente IV – CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE					
Polaridade	Quanto menor melhor					
Tipo	Eficiência					
Fonte	SADP					
Meta	- Reduzir 80% do estoque processual, até 2020 (2º grau) - Reduzir 50% do estoque processual, até 2020 (1º grau)					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1º Grau	-	5000	5000	4000	4000	3000
2º Grau	-	300	200	200	100	100
Iniciativa relacionada	- Formação de Grupo de Trabalho “Gestão Processual” no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual					

Indicador estratégico	EO2.2 - Índice de atendimento à demanda					
Objetivo estratégico	Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional					
O que medir	Quantidade de processos julgados em relação aos novos processos ajuizados no período					
Para que medir	Garantir a redução do estoque					
Como medir	<i>Quantidade de processos julgados (QPJ) – Quantidade de processos novos (QPN)</i>					
Quando medir	Dia 20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal					
Cumprimento	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)					
Medição	Assistente IV – CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Eficiência					
Fonte	SADP					
Meta	Julgar quantitativo de processos igual ou maior que os processos novos					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
1º Grau	1000	0	1000	0	1000	0
2º Grau	100	100	0	100	0	0
Iniciativa relacionada	- Formação de Grupo de Trabalho “Gestão Processual” no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual					

Indicador estratégico	EO2.3 - Índice de julgamento de processos antigos					
Objetivo estratégico	Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional					
O que medir	Julgar processos antigos em estoque atuados até o período de referência					
Para que medir	Reduzir o número de processos em estoque					
Como medir	<i>Quantidade de processos julgados ref. estoque de processos antigos (QPJE) / Estoque de processos antigos (EPA) – (Quantidade de processos que entraram na meta(QPEM) – Quantidade de processos que saíram da meta(QPSM)).</i> <i>Referência: em 2015: 31/12/2013; em 2016, 31/12/2014; em 2017, 31/12/2015; em 2018, 31/12/2016; em 2019, 31/12/2017; em 2020, 31/12/2018.</i>					
Quando medir	Dia 20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal					
Cumprimento	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)					
Medição	Assistente IV – CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Eficiência					
Fonte	SADP					
Meta	Julgar 90% dos processos antigos					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	90%	90%	90%	90%	90%	90%
Iniciativa relacionada	- Formação de Grupo de Trabalho “Gestão Processual” no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual					

Indicador estratégico	EO2.4 - Índice de tempo de tramitação médio dos recursos internos					
Objetivo estratégico	Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional					
O que medir	Tempo médio de tramitação dos embargos de declaração					
Para que medir	Garantir agilidade na apreciação dos embargos declaratórios					
Como medir	<i>Somatário (Tempo de tramitação dos embargos de declaração julgados(TTED)) / Quantidade de embargos de declaração julgados (QEDJ)</i>					
Quando medir	Dia 20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal					
Cumprimento	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)					
Medição	Assistente IV – CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Eficiência					
Fonte	SADP					
Meta	Tramitar, em até 20 dias, os embargos de declaração					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	20	20	20	20	20	20
Iniciativa relacionada	- Formação de Grupo de Trabalho “Gestão Processual” no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual					

Objetivo estratégico: Fortalecer a segurança do processo eleitoral

Indicador estratégico	EO3.1 - Índice de cadastro biométrico					
Objetivo estratégico	Fortalecer a segurança do processo eleitoral					
O que medir	Eleitorado com cadastro biométrico					
Para que medir	Contribuir para redução da ocorrência de não conformidades no processo de identificação do eleitor					
Como medir	Eleitorado cadastrado biometricamente (ECB) / Eleitorado Total (ET)					
Quando medir	20 de Janeiro / 20 de Abril / 20 de julho / 20 de Outubro					
Periodicidade	Trimestral					
Cumprimento	PRESI, CRE, DG, STI, SGP, SAOF, ASPLAN					
Medição	Assistente III - SELOGI/ COELEI/STI					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Efetividade					
Fonte	Sistema ELO					
Meta	Alcançar 100% do eleitorado com cadastramento biométrico até 2018					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	50%	70%	85%	100%	100%	100%
Iniciativa relacionada	- Implementação do Projeto Biometria aprovado para 2015-2016 - Elaboração e implementação de Projeto Biometria 2017-2018					

Indicador estratégico	EO3.2 - Índice de inspeções em cartórios eleitorais					
Objetivo estratégico	Fortalecer a segurança do processo eleitoral					
O que medir	Inspeções realizadas em Cartórios eleitorais					
Para que medir	Monitorar critérios e padrões de qualidade das atividades dos cartórios eleitorais					
Como medir	Quantidade de inspeções (QI) / Total de cartórios (TC-98)					
Quando medir	10 de Janeiro					
Periodicidade	Anual					
Cumprimento	CRE					
Medição	Titular da SEOZIC					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Relatório Anual da CGE					
Meta	Inspeccionar 25% dos Cartórios Eleitorais, anualmente					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	25%	25%	25%	25%	25%	25%
Iniciativa relacionada	Elaboração de Plano Anual de Inspeções Cartorárias					

Indicador estratégico	EO3.3 - Índice de aderência ao cronograma do planejamento das eleições					
Objetivo estratégico	Fortalecer a segurança do processo eleitoral					
O que medir	Atividades concluídas dentro do prazo no Programa Eleições					
Para que medir	Garantir a tempestividade do processo de planejamento das eleições					
Como medir	Atividades concluídas no prazo (ACP) / Atividades previstas (AP)					
Quando medir	Dia 20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal, em ano eleitoral					
Cumprimento	Todas as Unidades – TRE-PI					
Medição	Gerente do EPI/ASPLAN					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Efetividade					
Fonte	Sistema PLANEL					
Meta	Concluir 100% das atividades no prazo					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	-	90%	-	95%	-	100%
Iniciativa relacionada	- Planejamento integrado das Eleições - Monitoramento das atividades planejadas, no sistema Planel - Realização de Reunião de Avaliação integrada das Eleições					

Perspectiva – Processos Internos

Tema – Acessibilidade

Objetivo estratégico: Fomentar a acessibilidade

Indicador estratégico	AB1.1 – Índice de acessibilidade ao site eletrônico
Objetivo estratégico	Fomentar a acessibilidade
O que medir	Percentual de conteúdo no site eletrônico do TRE/PI adaptado a pessoas com deficiência
Para que medir	Garantir e estimular a plena participação/acesso das pessoas com deficiência às informações e serviços
Como medir	<i>Quantidade de páginas acessíveis (QPA) / Quantidade de páginas (QP)</i>
Quando medir	20 de janeiro
Periodicidade	Anual
Cumprimento	STI
Medição	Assistente III - GABSTI
Polaridade	Quanto maior melhor
Tipo	Eficácia
Fonte	Internet
Meta	Alcançar, até 2020, 100% das páginas do site acessíveis
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	50% 60% 70% 80% 90% 100%
Iniciativa relacionada	Capacitação dos fornecedores quanto às informações no site eletrônico do TRE-PI

Indicador estratégico	AB1.2 – Índice de Unidades aderentes aos padrões de acessibilidade
Objetivo estratégico	Fomentar a acessibilidade
O que medir	Cartórios eleitorais com acessibilidade em suas dependências
Para que medir	Garantir o acesso universal às dependências do TRE
Como medir	<i>Total de unidades acessíveis (TUA) / Total de unidades (TU)</i> <i>Padrão de acessibilidade: rampa, banheiros e sinalização (piso podotátil)</i>
Quando medir	20 de janeiro
Periodicidade	Anual
Cumprimento	SAOF
Medição	Assistente VI - GabSAOF
Polaridade	Quanto maior melhor
Tipo	Eficácia
Fonte	Banco de dados da SAOF
Meta	Tornar 80% das unidades administrativas e judiciárias acessíveis, até 2020
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	30% 40% 50% 60% 70% 80%
Iniciativa relacionada	- Realização de parceria com o Tribunal de Justiça para adaptação dos imóveis ocupados pela JE, visando ao atendimento aos padrões mínimos de acessibilidade; - Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Manutenção dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral; - Elaboração e instituição de modelo de gestão imobiliária; - Alocação de recursos para novas obras.

Indicador estratégico	AB1.3 – Índice de eleitores declarados deficientes
Objetivo estratégico	Fomentar a acessibilidade
O que medir	Percentual de pessoas declaradas deficientes no cadastro eleitoral
Para que medir	Melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos eleitores com deficiência
Como medir	<i>Eleitorado deficiente declarado no Cadastro Eleitoral (EDC) / Quantidade de deficientes identificados pelo IBGE que atendem as exigências de obrigatoriedade do alistamento (QCI/IBGE)</i>
Quando medir	20 de Janeiro / 20 de Abril / 20 de julho / 20 de Outubro
Periodicidade	Trimestral
Cumprimento	CRE e Cartórios Eleitorais
Medição	Assistente III - SELOGI/COELEI/STI
Polaridade	Quanto maior melhor
Tipo	Eficácia
Fonte	Sistema ELO e IBGE
Meta	Cadastrar 80% da população deficiente, até 2020
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	30% 40% 50% 60% 70% 80%
Iniciativa relacionada	- Política de Orientação às Zonas Eleitorais para atualização da base de dados por ocasião do cadastramento; - Campanha de conscientização do eleitor

Perspectiva – Processos Internos

Tema – Integração e Comunicação

Objetivo estratégico: Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação

Indicador estratégico	IC1.1 - Índice de matérias positivas na mídia					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação					
O que medir	Notícias positivas e neutras veiculadas na mídia					
Para que medir	Aperfeiçoar a imagem do TRE-PI perante a sociedade					
Como medir	Quantidade de matérias positivas (QMP) / Total de matérias (TM)					
Quando medir	Dia 20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal					
Cumprimento	IMCOS/ OUVIDORIA/CARTORIOS ELEITORAIS/UNIDADES DA SECRETARIA					
Medição	Titular da unidade de Imprensa de Comunicação Social - IMCOS					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Efetividade					
Fonte	Clipping					
Meta	Alcançar 80% das notícias positivas na mídia					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	75%	75%	80%	80%	80%	80%
Iniciativa relacionada	- Workshop com profissionais de imprensa - Plano de Campanhas Institucionais					

Indicador estratégico	IC1.2 – Índice de satisfação com a comunicação interna					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação					
O que medir	Nível de satisfação do quadro funcional com a comunicação interna					
Para que medir	Melhorar os canais de comunicação interna					
Como medir	Índice de favorabilidade de comunicação interna (IFCI)					
Quando medir	10 de abril do ano seguinte à realização da pesquisa					
Periodicidade	Bianual					
Cumprimento	IMCOS / OUVIDORIA / SECRETARIAS					
Medição	Assistente II - SECADO/COEDE / SGP					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Clima organizacional					
Meta	Alcançar o índice de 85% de índice de favorabilidade em comunicação interna, até 2020					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	60%	65%	70%	75%	80%	85%
Iniciativa relacionada	- Criação e implantação do Portal da SGP para tornar mais acessíveis as informações da área de gestão de pessoas - Implantação da ferramenta "Fale com a Gestão de Pessoas"					

Indicador estratégico	IC1.3 - Índice de monitoramento do TRE-PI na internet e redes sociais					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação					
O que medir	Rastreamento das citações institucionais na mídia (Buzz)					
Para que medir	Avaliar a visibilidade do TRE-PI na mídia					
Como medir	Índice buzz positivo					
Quando medir	Dia 20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal					
Cumprimento	IMCOS / STI / Ouvidoria					
Medição	Titular da unidade de Imprensa de Comunicação Social - IMCOS					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Efetividade					
Fonte	Sistema de monitoramento buzz					
Meta	Alcançar 65% de buzz positivo					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	40%	45%	50%	55%	60%	65%
Iniciativa relacionada	- Solução de TI para conexão com os sistemas de comunicação; - Elaboração de estudo de implementação das ferramentas de medição das citações institucionais na mídia - Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do estudo com indicação dos melhores instrumentos de medição das citações institucionais na mídia.					

Indicador estratégico	IC 1.4 - Índice do tempo de resposta das manifestações dirigidas à Ouvidoria					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação					
O que medir	Tempo médio, em dias úteis, entre o recebimento de cada solicitação dirigida à Ouvidoria e o envio de sua resposta.					
Para que medir	Avaliar o grau de eficiência da Ouvidoria					
Como medir	Somatório (Tempo de tramitação das manifestações (TTM)) / Quantidade de manifestações finalizadas (QMF)					
Quando medir	20 de janeiro / 20 de abril / 20 de julho / 20 de outubro					
Periodicidade	Trimestral					
Cumprimento	Ouvidoria					
Medição	Servidor Representante da Ouvidoria					
Polaridade	Quanto menor melhor					
Tipo	Execução					
Fonte	Banco de dados da Ouvidoria					
Meta	Atender, em média, até em 01 dia as manifestações dirigidas à Ouvidoria					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	1	1	1	1	1	1
Iniciativa relacionada	Sensibilização das unidades administrativas para atualizarem as informações na Internet					

Objetivo estratégico: Fortalecer a 1ª instância de jurisdição

Indicador estratégico	IC 2.1 - Índice de participação do 1º Grau nos eventos de capacitação					
Objetivo estratégico	Fortalecer a 1ª instância de jurisdição					
O que medir	Participação dos servidores de 1º grau no Plano Anual de capacitação					
Para que medir	Oportunizar aos servidores dos cartórios maior participação nos eventos de capacitação					
Como medir	Quantidade de vagas disponibilizadas a servidores de 1º Grau (QVDS) / Quantidade de vagas disponibilizadas (QVD)					
Quando medir	20 de fevereiro					
Periodicidade	Anual					
Cumprimento	Comitê Gestor do Plano Estratégico e COEDE / SGP					
Medição	Assistente II - COEDE / SGP					
Polaridade	Mediano					
Tipo	Execução					
Fonte	PAD					
Meta	Disponibilizar 30% das vagas para servidores de 1º Grau					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	30%	30%	30%	30%	30%	30%
Iniciativa relacionada	Disponibilização de cursos em EAD e/ou presencial aos servidores lotados em Cartórios Eleitorais.					

Indicador estratégico	IC 2.2 - Índice de cartórios com lotação adequada ao previsto em lei					
Objetivo estratégico	Fortalecer a 1ª instância de jurisdição					
O que medir	Cartórios Eleitorais com quantitativo de servidores efetivos adequado ao previsto em lei (Lei nº 10842/2004)					
Para que medir	Adequar o quadro efetivo nos Cartórios eleitorais, conforme determinação legal					
Como medir	Quantidade de cartórios aderentes à Lei (QCAL) / Total de Cartórios Eleitorais (98)					
Quando medir	20 de Janeiro e 20 de julho					
Periodicidade	Semestral					
Cumprimento	PRESI					
Medição	Titular da Seref / COPES / SGP					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Eficácia					
Fonte	Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SGRH					
Meta	Adequar 40% dos cartórios eleitorais aos critérios da Lei 10842/2004					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	30%	30%	35%	35%	40%	40%
Iniciativa relacionada	- Disponibilização de informações periódicas à administração superior acerca da situação de lotação dos Cartórios Eleitorais do Interior; - Elaboração de planos ou estudos visando manter condições mínimas de funcionamento dos Cartórios Eleitorais do Interior; - Implementação da política de rezoneamento, conforme Resolução 22422/2013					

Indicador estratégico	IC 2.3 - Índice de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais					
Objetivo estratégico	Fortalecer a 1ª instância de jurisdição					
O que medir	Adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais aos padrões mínimos de funcionalidade					
Para que medir	Adequar a infraestrutura dos cartórios eleitorais aos padrões mínimos de funcionalidade					
Como medir	Total de respostas positivas de questionário específico (TRP) / total de respostas (TR) 1. A área do imóvel é suficiente para o desenvolvimento das atividades cartoriais; 2. O imóvel possui ao menos 01(um) sanitário, com vaso e lavatório, em perfeito funcionamento; 3. O imóvel possui como piso uma das opções: cerâmicas; placas vinílicas ou melaminicas (fórmica); cimento liso; mármore, granitos, grânulites ou similares; 4. A cobertura do imóvel atende a uma das opções: em laje de concreto, com cobertura; em telha cerâmica ou fibrocimento, com forro; 5. O imóvel possui reservatório de água potável coberto; 6. As instalações elétricas do imóvel são suficientes para o funcionamento do cartório; 7. As instalações de rede (lógica) e telefonia do imóvel são suficientes para o funcionamento do cartório; 8. As esquadrias (portas e janelas) do imóvel são resistentes, vedadas à passagem de águas pluviais e conferem segurança ao cartório; 9. O imóvel possui iluminação e ventilação/condicionamento de ar suficientes; 10. O imóvel é acessível para pessoas com mobilidade reduzida (rampa, banheiro e sinalização [piso podotátil]); 11. O imóvel localiza-se em via de fácil acesso ao público; 12. O imóvel está devidamente limpo, livre de mofo, insetos ou quaisquer outros animais; 13. O imóvel está com pintura adequada e em bom estado; 14. O imóvel está livre de infiltrações; 15. O mobiliário do imóvel é adequado para o desenvolvimento das atividades cartoriais.					
Quando medir	20 de janeiro					
Periodicidade	Anual					
Cumprimento	SAOF					
Medição	Assistente VI - GABSAOF					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Eficácia					
Fonte	Pesquisa de avaliação					
Meta	Alcançar 80% de adequação, até 2020					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	30%	40%	50%	60%	70%	70%
Iniciativa relacionada	- Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Manutenção dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral; - Elaboração e instituição de modelo de gestão imobiliária; - Alocação de recursos para novas obras.					

Perspectiva – Processos Internos

Tema – Sustentabilidade

Objetivo estratégico: Fomentar a sustentabilidade

Indicador estratégico	SU 1.1 - Índice de alcance das metas socioambientais					
Objetivo estratégico	Fomentar a sustentabilidade					
O que medir	Percentual de alcance das metas estabelecidas na Agenda Ambiental					
Para que medir	Verificar a efetiva execução da Agenda Ambiental					
Como medir	Total de metas* ambientais alcançadas (TMA) / total de metas (TM) *por meta Metas ambientais: consumo de água, energia, papel, tonner, canetas, copos descartáveis; resíduos sólidos (material para reciclagem)					
Quando medir	20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal					
Cumprimento	Comissão socioambiental TREciclar e todas as Unidades					
Medição	Membro da Comissão Socioambiental					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Relatório de indicadores e metas da agenda ambiental					
Meta	Alcançar 90 % das metas socioambientais até 2020					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	65%	70%	75	80	85	90
Iniciativa relacionada	- Campanha de conscientização para redução de consumo com sustentabilidade; - Aquisição gradativa de produtos sustentáveis					

Indicador estratégico	SU 1.2 – Índice de informatização dos processos e procedimentos administrativos
Objetivo estratégico	Fomentar a sustentabilidade
O que medir	Virtualização dos processos administrativos
Para que medir	Garantir a integralização da virtualização dos processos administrativos
Como medir	Quantidade de processos administrativos físicos (QPAF) / Quantidade de processos administrativos (QPA)
Quando medir	20 de janeiro / 20 de julho
Periodicidade	Semestral
Cumprimento	Todas as Unidades – TRE-PI
Medição	Membro da Comissão Socioambiental TREciclar
Polaridade	Quanto menor melhor
Tipo	Economicidade
Fonte	PAD
Meta	Reduzir para 5% os processos físicos
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	15% 12% 10% 8% 6% 5%
Iniciativa relacionada	Virtualização de documentos e processos físicos

Indicador estratégico	SU1.3 - Índice de contratações sustentáveis
Objetivo estratégico	Fomentar a sustentabilidade
O que medir	Percentual de contratações que seguem critérios de sustentabilidade
Para que medir	Garantir alinhamento a padrões sustentáveis nas aquisições de bens e serviços
Como medir	Total de Contratos finalizados sustentáveis* (TCFS) / Total de contratos finalizados (TCF) *Não se aplica a esse indicador os contratos que não se submetem às hipóteses de sustentabilidade ou que haja restrição do mercado
Quando medir	20 de janeiro / 20 de julho
Periodicidade	Semestral
Cumprimento	SAOF/COAD/COCONP
Medição	Assistente VI - GABSAOF
Polaridade	Quanto maior melhor
Tipo	Economicidade
Fonte	PAD
Meta	Alcançar, até 2020, 100 % das contratações sustentáveis
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	70% 75% 80% 85% 90% 100%
Iniciativa relacionada	- Elaboração de manual com definição da política de aquisições sustentáveis; - Viabilização de ações visando sensibilizar fornecedores quanto à importância do fornecimento de bens que atendam a critérios mínimos de sustentabilidade

Perspectiva – Pessoas e Recursos

Tema – Gestão de Pessoas

Objetivo estratégico: Fortalecer a gestão de pessoas

Indicador estratégico	GP1.1 - Índice de mapeamento das competências
Objetivo estratégico	Fortalecer a gestão de pessoas
O que medir	Grau de mapeamento das competências no âmbito do TRE/PI
Para que medir	Adequar os conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) dos servidores às necessidades da Administração
Como medir	Quantidade de unidades mapeadas (QUM) / Quantidade de unidades existentes (QUE)
Quando medir	20 de janeiro
Periodicidade	Anual
Cumprimento	SGP/COEDE
Medição	Titular da SECADO / COEDE / SGP
Polaridade	Quanto maior melhor
Tipo	Excelência
Fonte	GESCOMP (sistema de gestão por competência)
Meta	Alcançar, até 2020, o mapeamento de 100% das competências
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	- 10% 40% 50% 80% 100%
Iniciativa relacionada	- Implantação do modelo de Gestão por Competência no TRE/PI - Realização de mapeamento por etapa, iniciando com as unidades piloto – STI e SGP

Indicador estratégico	GP1.2 - Índice de prevenção à saúde					
Objetivo estratégico	Fortalecer a gestão de pessoas					
O que medir	Quantitativo de pessoas que realizam exame médico periódico preventivo					
Para que medir	Prevenir e detectar precocemente doenças visando melhorar qualidade da saúde para o desempenho das atividades com segurança e bem-estar, conforme determina normativo TRE específico					
Como medir	Quantitativo de servidores que realizaram o exame médico preventivo (QSEP) / Quantidade de servidores convocados (QSC)					
Quando medir	20 de março					
Periodicidade	Anual					
Cumprimento	SAS / SGP					
Medição	Assistente IV - Serviço de Assistência à Saúde - SAS					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Relatórios e prontuários dos servidores					
Meta	Alcançar 100% de retorno dos servidores convocados, até 2020					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	80%	80%	90%	90%	90%	100%
Iniciativa relacionada	- Elaboração de Programa anual de palestras educativas; - Promoção de conscientização dos servidores quanto à relevância da realização dos exames médicos periódicos, por meio de orientações interna quanto à qualidade de vida; - Inclusão da prevenção da saúde bucal no Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; - Implantação de Programa de Ginástica Laboral					

Indicador estratégico	GP1.3 - Índice de absenteísmo					
Objetivo estratégico	Fortalecer a gestão de pessoas					
O que medir	Monitoramento da ausência dos servidores em um determinado período					
Para que medir	Medir a força de trabalho ativa diariamente na organização					
Como medir	Abstenções por licença-médica (ALM) + Abstenções por compensação (AC) + Abstenções por outros motivos (AOM) / (Quantidade de servidores (QS) * Quantidade de dias úteis (QDU))					
Quando medir	20 do mês subsequente					
Periodicidade	Mensal					
Cumprimento	Todas as Unidades – TRE-PI					
Medição	Titular da SEREF/COPE/SGP					
Polaridade	Quanto menor melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Sistema de Gestão de Recursos Humanos - SGRH					
Meta	Manter o índice de 13% de absenteísmo					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	13%	13%	13%	13%	13%	13%
Iniciativa relacionada	- Criação de Política de Fruição do Banco de Horas; - Disponibilização de informações, sistematicamente, às Chefias imediatas quanto à situação de banco de horas dos servidores para fins de elaboração de programa de fruição, priorizando o gozo pelos servidores que já atingiram o tempo de serviço para aposentadoria					

Perspectiva – Pessoas e Recursos

Tema – Gestão orçamentária e financeira

Objetivo estratégico: Aperfeiçoar a gestão orçamentária

Indicador estratégico	GF1.1 - Índice de perdas orçamentárias
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a gestão orçamentária
O que medir	Relação entre o valor não executado e o valor disponível*1, considerando o orçamento unificado (exercício corrente e restos a pagar não processados) – orçamento não executado.
Para que medir	Garantir a execução total do orçamento e verificar a capacidade do TRE para executar os recursos programados e reduzir a perda orçamentária, otimizando, assim, a utilização dos recursos disponibilizados.
Como medir	Perdas orçamentárias (PO) / Orçamento executado (OE) - (Orçamento Total Não Empenhado *1 + total dos Restos a Pagar Não Processados Não Pagos) ÷ (Orçamento Total Disponível*1 + total dos Restos a Pagar Não Processados Inscritos). *1 Não são consideradas nos cálculos as despesas com Fundo Partidário, Pessoal, Benefícios, despesas custeadas pela fonte 50, créditos reabertos no exercício subsequente, bem como a diferença entre o valor contratado e o disponibilizado na proposta orçamentária em relação a obras
Quando medir	20 de Janeiro
Periodicidade	Anual
Cumprimento	SAOF
Medição	Coordenador - COOF
Polaridade	Quanto menor melhor
Tipo	Economicidade
Fonte	SIAFI
Meta	Reduzir continuamente a perda orçamentária de 2014, a cada ano, até atingir desempenho de 9%
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	16% 14% 13% 12% 10% 09%
Iniciativa relacionada	- Otimização do Planejamento Orçamentário; - Melhoria da capacidade de execução do Planejamento Orçamentário

Indicador estratégico	GF1.2 - Índice de aderência orçamentária
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a gestão orçamentária
O que medir	O percentual de execução de acordo com o planejado no processo de elaboração do orçamento do Tribunal
Para que medir	Avaliar o grau de aderência da execução orçamentária ao planejamento orçamentário do TRE-PI
Como medir	Orçamento executado fiel ao planejado (OEF) / Orçamento de custeio executado (OE) Total Executado em Acordo com a Programação Orçamentária + Recursos Orçamentários Alocados no SIGEPRO Obs. 1: Serão considerados os Recursos Orçamentários Alocados no SIGEPRO após o fechamento da proposta orçamentária no sistema. Obs. 2: Não são consideradas nos cálculos as despesas com Fundo Partidário, Pessoal, Benefícios, despesas custeadas pela fonte 50 e créditos reabertos no exercício subsequente.
Quando medir	20 de Janeiro
Periodicidade	Anual
Cumprimento	SAOF
Medição	Coordenador - COOF
Polaridade	Quanto maior melhor
Tipo	Economicidade
Fonte	SIAFI
Meta	Melhorar o desempenho em 2 %, a cada ano, até atingir 80 % do patamar considerado satisfatório, e manter o índice.
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	70% 72% 74% 76% 78% 80%
Iniciativa relacionada	- Viabilização de ações visando executar fielmente o orçamento planejado; - Disponibilização de informações acerca dos índices de aderência estabelecidos no Plano Estratégico Institucional

Indicador estratégico	GF 1.3 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços					
Objetivo estratégico	Aperfeiçoar a gestão orçamentária					
O que medir	Processos de aquisição de bens e serviços finalizados no tempo padrão, considerado o tempo decorrido entre o pedido (projeto básico/TR + orçamento = projeto básico/TR finalizado) e o empenho da despesa correspondente (assinatura do termo de contrato ou documento equivalente)					
Para que medir	Garantir o tempo razoável de tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços					
Como medir	$\frac{(\text{Contratações finalizadas no prazo (CFP)} + \text{aquisições finalizadas no prazo (AFP)})}{(\text{Total de contratações (TC)} + \text{Total de aquisições (TA)})}$ - Total de Processos de Aquisição de Bens e Serviços Finalizados no Prazo Padrão (TPAFPP) dividido pelo Total de Processos de Aquisição de Bens e Serviços Finalizados no Período Base (TPAFPB), multiplicado por cem. (TPAFPP/TPAFPB) x 100 Observações: - para prazo padrão, considerar: - 120 dias úteis para concurso e concorrências dos tipos empreitada, integral, técnicas ou técnica e preço; - 105 dias úteis para demais concorrências e tomadas de preço dos tipos técnica e técnica e preço; - 90 dias úteis para demais tomadas de preço; - 90 dias úteis para convite e pregão; e - 60 dias úteis para dispensa, inclusive pelo valor, e inexigibilidade. - no decorrer do procedimento licitatório, sempre que for impetrado pedido de esclarecimento, recurso, impugnação ou outro ato de natureza similar, acrescer à contagem dos prazos: 20 dias úteis para concorrência e concurso; 15 dias úteis para tomada de preço, carta convite e pregão e 10 dias úteis para dispensa e inexigibilidade.					
Quando medir	20 de janeiro / 20 de julho					
Periodicidade	Semestral					
Cumprimento	SAOF /COAAD/COCONP/COOF/COCIN/DG/PRESI					
Medição	Assistente VI-GABSAOF					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Eficiência					
Fonte	PAD					
Meta	Alcançar 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão até 2020					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	70%	70%	75%	80%	85%	90%
Iniciativa relacionada	- Padronização dos Projetos Básicos e Termo de Referência; - Implantação de modelo de classificação de processo por nível de prioridade; - Viabilização de meios visando envolver as unidades administrativas no cumprimento da meta fixada					

Perspectiva – Pessoas e Recursos

Tema – Governança e gestão

Objetivo estratégico: Fortalecer a governança

Indicador estratégico	GV 1.1 – Índice de governança pública					
Objetivo estratégico	Fortalecer a governança					
O que medir	Nível de maturidade da governança no TRE-PI					
Para que medir	Melhorar o nível de governança no TRE-PI					
Como medir	Índice de atendimento aos critérios de governança pública -TCU					
Quando medir	20 de janeiro					
Periodicidade	Anual					
Cumprimento	PRESI/DG					
Medição	Assistente I-ASPLAN					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Questionário de governança pública-TCU e Relatórios respectivos					
Meta	Alcançar 40% de IGOV pública					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	30%	32%	33%	35%	37%	40%
Iniciativa relacionada	- Aperfeiçoamento do sistema de Governança da Justiça Eleitoral, através da criação de Comitês, Comissões, alinhados às tendências atuais da boa governança; - Definição de medidas para cumprimento dos critérios de boa governança, conforme questionário de avaliação de governança pública disponibilizado pelo TCU.					

Indicador estratégico	GV1.2 - Índice de governança de pessoas
Objetivo estratégico	Fortalecer a governança
O que medir	Nível de maturidade da governança de gestão de pessoas em todas as dimensões -TCU
Para que medir	Melhorar o nível de governança de pessoas no TRE-PI em todas as dimensões -TCU
Como medir	Índice de governança de pessoas do TCU (iGovPessoas)
Quando medir	20 de março
Periodicidade	Anual
Cumprimento	SGP
Medição	Assistente IV - GABSGP
Polaridade	Quanto maior melhor
Tipo	Excelência
Fonte	Levantamento da governança de pessoal TCU
Meta	Atingir 52% de iGov Pessoas
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	47% 48% 49% 50% 51% 52%
Iniciativa relacionada	- Criação do Comitê de Governança de Gestão de Pessoas como instância interna de governança na área de gestão de pessoas; - Criação de Política de Governança de Gestão de Pessoas, com priorização na dimensão gestão de talentos

Indicador estratégico	GV1.3 - Índice de governança de aquisição
Objetivo estratégico	Fortalecer a governança
O que medir	Nível de maturidade da governança de aquisição nos mecanismos liderança, estratégia, controle, planos, pessoas, processos
Para que medir	Melhorar o nível de alcance dos mecanismos de governança de aquisição no TRE-PI
Como medir	Índice de atendimento aos critérios de governança de aquisição do TCU (iGov Aquisição)
Quando medir	20 de março
Periodicidade	Anual
Cumprimento	SAOF
Medição	Assistente VI-GABSAOF
Polaridade	Quanto maior melhor
Tipo	Excelência
Fonte	Levantamento da governança de aquisição
Meta	Alcançar 45% de iGov aquisição
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	40% 41% 42% 43% 44% 45%
Iniciativa relacionada	Sensibilização e capacitação dos servidores para atuarem como Pregoeiros; Formalização de documentação e implantação dos critérios não atendidos ou atendidos parcialmente.

Objetivo estratégico: Fortalecer a infraestrutura e governança de TI

Indicador estratégico	IG2.1 - Índice de governança de TI
Objetivo estratégico	Fortalecer a infraestrutura e governança de TI
O que medir	Nível de maturidade da governança de TI
Para que medir	Melhorar o nível de governança de TI
Como medir	iGov - Índice de Governança de TI, do TCU por dimensão
Quando medir	20 de janeiro
Periodicidade	Anual
Cumprimento	PRESI, DG, STI
Medição	Assistente III - GABSTI
Polaridade	Quanto maior melhor
Tipo	Excelência
Fonte	Levantamento de Governança de TI (TCU)
Meta	Alcançar, até 2020, o índice de 0,65 do iGov TI
Ano	2015 2016 2017 2018 2019 2020
Meta Anual	0,46 0,5 0,5 0,55 0,6 0,65
Iniciativa relacionada	- Instituição e implementação de Política de Segurança da Informação; - Instituição de modelo de governança de TI, alinhado ao COBIT; - Elaboração e implementação da gestão de riscos de TI.

Indicador estratégico	IG2.2 - Índice de maturidade em segurança da informação					
Objetivo estratégico	Fortalecer a infraestrutura e governança de TI					
O que medir	Nível de maturidade do TRE-PI em segurança da informação					
Para que medir	Acompanhar a implementação e a qualidade dos controles de segurança da informação da Justiça Eleitoral do Piauí					
Como medir	Somatório (Notas de controle (NC)) / Quantidade de controles (QC) *Por grupo de controle					
Quando medir	20 de março					
Periodicidade	Anual					
Cumprimento	STI, SAOF, SGP, PRESI, DG					
Medição	Assistente III - GABSTI					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Diagnóstico de maturidade em segurança da informação					
Meta	Alcançar o índice 3 de maturidade, até 2020					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	1	1	2	2	3	3
Iniciativa relacionada	- Instituição e implementação da Política de Segurança da Informação; - Elaboração e implementação do Plano de Continuidade de Negócios; - Instituição e implementação do processo de classificação de informações.					

Indicador estratégico	IG2.3 - Índice de nivelamento da infraestrutura de TI					
Objetivo estratégico	Fortalecer a infraestrutura e governança de TI					
O que medir	Cumprimento dos requisitos de infraestrutura estabelecidos pela Res. CNJ nº 90/2009					
Para que medir	Avaliar a aderência do TRE-PI às diretrizes do CNJ quanto à tecnologia da informação					
Como medir	Quantidade de requisitos atendidos (QRA) / Quantidade de requisitos na Resolução CNJ nº 90/2009 (QR)					
Quando medir	20 de março					
Periodicidade	Anual					
Cumprimento	STI, SAOF, SGP, PRESI, DG					
Medição	Assistente III - GABSTI					
Polaridade	Quanto maior melhor					
Tipo	Excelência					
Fonte	Relatório de avaliação de atendimento à Res. CNJ nº 90/2009					
Meta	Alcançar, até 2020, 95% dos requisitos de nivelamento de TI					
Ano	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Meta Anual	80%	80%	85%	85%	90%	95%
Iniciativa relacionada	- Instituição e implementação da Política de Segurança da Informação; - Instalação de enlaces de comunicação de dados nas Zonas Eleitorais compatíveis com a Res. CNJ nº 90/2009; - Aperfeiçoamento do Plano de Capacitação de TI, com alinhamento à Gestão por Competências do TRE-PI.					

ANEXOS

- Anexo I Abreviaturas - Unidades responsáveis - cumprimento/medição - indicadores
- Anexo II Indicadores por área responsável
- Anexo III Indicadores e iniciativas relacionadas
- Anexo IV Iniciativas por área responsável
- Anexo V Mapa da Estratégia TRE/PI 2013-2014, alinhamento com a Justiça Eleitoral
- Anexo VI Mapa da Estratégia TRE/PI 2010-2014, alinhamento com o Poder Judiciário 2010-2014
- Anexo VII Mapa da Estratégia TRE/PI 2009-2013, primeiro Plano Estratégico do TRE/PI
- Anexo VIII Mapa da Estratégia do Tribunal Superior Eleitoral 2015-2020
- Anexo IX Macrodesafios do Poder Judiciário 2015-2020
- Anexo X Macrodesafios do Poder Judiciário, aplicáveis a Justiça Eleitoral 2015-2020
- Anexo XI Quadro resumo das atualizações da Estratégia TRE-PI



Anexo I - Abreviaturas - Unidades responsáveis - cumprimento/medição - indicadores

Abreviatura	Unidade
PRESI	Presidência
DG	Diretoria Geral
CRE	Corregedoria Regional Eleitoral
ASPLAN	Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica
ASSPRE	Assessoria Jurídica da Presidência
ASSDG	Assessoria Jurídica da Diretoria Geral
COCRE	Coordenadoria da Corregedoria Regional Eleitoral
COAAD	Coordenadoria de Apoio Administrativo
COCONP	Coordenadoria de Contratações E Patrimônio
COCIA	Coordenadoria de Controle Interno E Auditoria
CODIN	Coordenadoria de Desenvolvimento E Infra-Estrutura
COEDE	Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento
COELEI	Coordenadoria de Eleições Informatizadas
COJURD	Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação
COOF	Coordenadoria de Orçamento e Finanças
COPEs	Coordenadoria de Pessoal
CORPAD	Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição
COSAP	Coordenadoria de Sessões e Apoio ao Pleno
COSUT	Coordenadoria de Suporte Técnico
COTEC	Coordenadoria Técnica
EJE	Escola Judiciária Eleitoral
EPI	Escritório Estratégico de Projetos Institucionais
GABDG	Gabinete da Diretoria Geral
GABSTI	Gabinete da STI
GABSAOF	Gabinete da SAOF
GABSGP	Gabinete da SGP
IMCOS	Serviço de Imprensa e Comunicação Social
SAS	Serviço de Assistência à Saúde
SEACE	Seção de Acompanhamento do Cadastro Eleitoral
SEAG	Seção de Acompanhamento, Orientação e Avaliação da Gestão
SEARE	Seção de Acórdãos e Resoluções
SEAPT	Seção de Administração Predial e Transportes
SEALP	Seção de Almoxarifado e Patrimônio
SEAGEP	Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas
SECADO	Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional
SECOM	Seção de Comunicações
SECADP	Seção de Controle, Autuação e Distribuição de Processos
SEDESC	Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas
SEGD	Seção de Gerenciamento de Dados Partidários
SEGSIE	Seção de Gestão de Sistemas Eleitorais
SEINF	Seção de Infraestrutura
SEJUB	Seção de Jurisprudência e Biblioteca
SELIC	Seção de Licitações e Contratações
SELOGI	Seção de Logística e Informações
SEOZIC	Seção de Orientação às Zonas Eleitorais, Inspeções e Correições
SEPAG	Seção de Pagamentos
SEPAC	Seção de Procedimentos e Atos Cartorários
SEREF	Seção de Registros Funcionais
SEVIN	Seção de Voto Informatizado
SAOF	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
STI	Secretaria de Tecnologia da Informação
SJ	Secretaria Judiciária

Anexo II - Indicadores por área responsável

Nome indicador	Responsável/Cumprimento	Responsável/Medição
SU1.1 - Índice de alcance das metas socioambientais	Comissão Socioambiental TREcicar e todas as Unidades	Membro da Comissão Socioambiental
IC2.1 - Índice de participação do 1º Grau nos eventos de capacitação	Comitê Gestor do Plano Estratégico / COEDE / SGP	Assistente II - COEDE / SGP
EO3.2 - Índice de inspeções em cartórios eleitorais	CRE	Titular da SEOZIC
AB1.3 - Índice de eleitores declarados deficientes	CRE e Cartórios Eleitorais	Assistente III - SELOGI / COELEI / STI
EO3.1 - Índice de cadastro biométrico	PRESI, CRE, DG, STI, SGP, SAOF, ASPLAN	Assistente III - SELOGI / COELEI / STI
CD1.1 - Índice de implementação de projetos impactantes na cidadania	PRESI, EJE e demais unidades	Gerente do EPI/ASPLAN
IC1.2 - Índice de satisfação com a comunicação interna	IMCOS / OUVIDORIA / SECRETARIAS	Assistente II - SECADO / COEDE / SGP
IC1.3 - Índice de monitoramento do TRE-PI na internet e redes sociais	IMCOS / STI / Ouvidoria	Titular da unidade de Imprensa de Comunicação Social - IMCOS
IC1.1 - Índice de matérias positivas na mídia	IMCOS/ OUVIDORIA/CARTORIOS ELEITORAIS/UNIDADES DA SECRETARIA	Titular da unidade de Imprensa de Comunicação Social - IMCOS
EO1.3 - Índice de tempo de tramitação média de processos de cassação de mandato	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)	Assistente IV - CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE
EO1.4 - Índice de tempo de tramitação média das ações penais eleitorais	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)	Assistente IV - CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE
EO2.1 - Índice de estoque processual	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)	Assistente IV - CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE
EO2.2 - Índice de atendimento à demanda	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)	Assistente IV - CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE
EO2.3 - Índice de julgamento de processos antigos	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)	Assistente IV - CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE
EO2.4 - Índice de tempo de tramitação médio dos recursos internos	Juízos eleitorais (1º e 2º graus)	Assistente IV - CORPAD/SJ e Titular da SEOZIC/CRE
CD1.2 - Índice de avaliação positiva de atendimento da Ouvidoria	Ouvidoria	Servidor Representante da Ouvidoria
IC1.4 - Índice do tempo de resposta das manifestações dirigidas à Ouvidoria	Ouvidoria	Servidor Representante da Ouvidoria
IC2.2 - Índice de cartórios com lotação adequada ao previsto em lei	PRESI	Titular da SEREF / COPES / SGP
IG2.1 - Índice de governança de TI	PRESI, DG, STI	Assistente III - GABSTI
AB1.2 - Índice de Unidades aderentes aos padrões de acessibilidade	SAOF	Assistente VI - GabSAOF
IC2.3 - Índice de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais	SAOF	Assistente VI - GABSAOF
GF1.1 - Índice de perdas orçamentárias	SAOF	Coordenador - COOF
GF1.2 - Índice de aderência orçamentária	SAOF	Coordenador - COOF
GV1.3 - Índice de governança de aquisição	SAOF	Assistente VI-GABSAOF
GF1.3 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	SAOF / COAAD / COCONP / COOF / COCIN / DG / PRESI	Assistente VI-GABSAOF
SU1.3 - Índice de contratações sustentáveis	SAOF/COAD/COCONP	Assistente VI - GABSAOF
GP1.2 - Índice de prevenção à saúde	SAS / SGP	Assistente IV - Serviço de Assistência à Saúde - SAS
GP1.1 - Índice de mapeamento das competências	SGP	Titular da SECADO / COEDE / SGP
GV1.2 - Índice de governança de pessoas	SGP	Assistente IV - GABSGP
AB1.1 - Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico	STI	Assistente III - GABSTI
IG2.2 - Índice de maturidade em segurança da informação	STI, SAOF, SGP, PRESI, DG	Assistente III - GABSTI
IG2.3 - Índice de nivelamento da infraestrutura de TI	STI, SAOF, SGP, PRESI, DG	Assistente III - GABSTI
EO1.1 - Índice de atos em desconformidade identificados nas auditorias	Todas as Unidades - TRE-PI	COCIN - Titular da SEAGA e Titular da SEAGEP
EO3.3 - Índice de aderência ao cronograma do planejamento das eleições	Todas as Unidades - TRE-PI	Gerente do EPI/ASPLAN
SU1.2 - Índice de informatização dos processos e procedimentos administrativos	Todas as Unidades - TRE-PI	Comissão Socioambiental TREcicar
GP1.3 - Índice de absenteísmo	Todas as Unidades - TRE-PI	Titular da SEREF/COPES/SGP
EO1.2 - Índice do grau de cumprimento das recomendações de auditorias	Unidades auditadas	COCIN/Titular da SEAGA e Titular da SEAGEP
GV1.1 - Índice de governança pública	PRESI/DG	Assistente I-ASPLAN

Anexo III - Indicadores e iniciativas relacionadas

Objetivo estratégico - Fortalecer a cidadania	
CD1.1 - Índice de implementação de projetos impactantes na cidadania	- Ação da Justiça Eleitoral – voto consciente - Jovem Eleitor na Escola
CD1.2 - Índice de avaliação positiva de atendimento da Ouvidoria	Capacitação dos servidores da Ouvidoria em atendimento ao público

Objetivo estratégico - Combater a corrupção e a improbidade administrativa	
EO1.1 - Índice de atos em desconformidade identificados nas auditorias	- Elaboração de Plano de Monitoramento das Recomendações; - Disponibilização de informações à Alta Administração acerca do cumprimento das recomendações no prazo estabelecido - Instituição de política de avaliação de controles internos - Formalização e implantação dos itens de controles internos administrativos - Aperfeiçoamento dos editais e termos de referência aos dispositivos da Lei 12846/2013 e Decreto 8420/2015; - Adaptação da Resolução referente à Comissão de Sindicância (COSIND) às determinações constantes da Lei 12846/2013
EO1.2 - Índice do grau de cumprimento das recomendações de auditorias	- Plano de Monitoramento das Recomendações - Política de avaliação de controles internos - Formalização e implantação dos itens de controles internos administrativos
EO1.3 - Índice de tempo de tramitação média de processos de cassação de mandato	- Formação de Grupo de Trabalho "Gestão Processual" no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual
EO1.4 - Índice de tempo de tramitação média das ações penais eleitorais	- Formação de Grupo de Trabalho "Gestão Processual" no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual

Objetivo estratégico - Garantir celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e administrativa	
EO2.1 - Índice de estoque processual	- Formação de Grupo de Trabalho "Gestão Processual" no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual
EO2.2 - Índice de atendimento à demanda	- Formação de Grupo de Trabalho "Gestão Processual" no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual
EO2.3 - Índice de julgamento de processos antigos	- Formação de Grupo de Trabalho "Gestão Processual" no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual
EO2.4 - Índice de tempo de tramitação médio dos recursos internos	- Formação de Grupo de Trabalho "Gestão Processual" no âmbito de 1º grau - Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau - Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual

Objetivo estratégico - Fortalecer a segurança do processo eleitoral

EO3.1 - Índice de cadastro biométrico	- Implementação do Projeto Biometria aprovado para 2015-2016 - Elaboração e implementação de Projeto Biometria 2017-2018
EO3.2 - Índice de inspeções em cartórios eleitorais	Elaboração de Plano Anual de Inspeções Cartorárias
EO3.3 - Índice de aderência ao cronograma do planejamento das eleições	- Planejamento integrado das Eleições - Monitoramento das atividades planejadas, no sistema Planel - Realização de Reunião de Avaliação integrada das Eleições

Objetivo estratégico - Fomentar a acessibilidade

AB1.1 - Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico	Capacitação dos fornecedores quanto às informações no sítio eletrônico do TRE-PI
AB1.2 - Índice de Unidades aderentes aos padrões de acessibilidade	- Realização de parceria com o Tribunal de Justiça para adaptação dos imóveis ocupados pela JE, visando ao atendimento aos padrões mínimos de acessibilidade; - Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Manutenção dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral; - Elaboração e instituição de modelo de gestão imobiliária; - Alocação de recursos para novas obras.
AB1.3 - Índice de eleitores declarados deficientes	- Política de Orientação às Zonas Eleitorais para atualização da base de dados por ocasião do cadastramento; - Campanha de conscientização do eleitor

Objetivo estratégico - Aperfeiçoar a gestão da comunicação e informação

IC1.1 - Índice de matérias positivas na mídia	- Workshop com profissionais de imprensa - Plano de Campanhas Institucionais
IC1.2 - Índice de satisfação com a comunicação interna	- Criação e implantação do Portal da SGP para tornar mais acessíveis as informações da área de gestão de pessoas - Implantação da ferramenta "Fale com a Gestão de Pessoas"
IC1.3 - Índice de monitoramento do TRE-PI na internet e redes sociais	- Solução de TI para conexão com os sistemas de comunicação; - Elaboração de estudo de implementação das ferramentas de medição das citações institucionais na mídia - Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do estudo com indicação dos melhores instrumentos de medição das citações institucionais na mídia.
IC1.4 - Índice do tempo de resposta das manifestações dirigidas à Ouvidoria	Sensibilização das unidades administrativas para atualizarem as informações na <i>internet</i>

Objetivo estratégico - Fortalecer a 1ª instância de jurisdição

IC2.1 - Índice de eventos de capacitação inclusivos ao 1º Grau	Disponibilização de cursos em EAD e/ou presencial aos servidores lotados em Cartórios Eleitorais.
IC2.2 - Índice de cartórios aderentes ao padrão no quadro efetivo	- Disponibilização de informações periódicas à administração superior acerca da situação de lotação dos Cartórios Eleitorais do Interior; - Elaboração de planos ou estudos visando manter condições mínimas de funcionamento dos Cartórios Eleitorais do interior; - Implementação da política de rezoneamento, conforme Resolução 22422/2013
IC2.3 - Índice de adequação das instalações físicas dos cartórios eleitorais	- Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Manutenção dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral; - Elaboração e instituição de modelo de gestão imobiliária; - Alocação de recursos para novas obras.

Objetivo estratégico - Fomentar a sustentabilidade

SU1.1 - Índice de alcance das metas socioambientais	- Campanha de conscientização para redução de consumo com sustentabilidade; - Aquisição gradativa de produtos sustentáveis
SU1.2 - Índice de informatização dos processos e procedimentos administrativos	Vitualização de documentos e processos físicos
SU1.3 - Índice de contratações sustentáveis	- Elaboração de manual com definição da política de aquisições sustentáveis; - Viabilização de ações visando sensibilizar fornecedores quanto à importância do fornecimento de bens que atendam a critérios mínimos de sustentabilidade

Objetivo estratégico - Fortalecer a gestão de pessoas	
GP1.1 - Índice de adequação do PAC às competências mapeadas	▪ Implantação do modelo de Gestão por Competência no TRE/PI ▪ Realização de mapeamento por etapa, iniciando com as unidades piloto – STI e SGP
GP1.2 - Índice de prevenção à saúde	▪ Elaboração de Programa anual de palestras educativas; ▪ Promoção de conscientização dos servidores quanto à relevância da realização dos exames médicos periódicos, por meio de orientações interna quanto à qualidade de vida; ▪ Inclusão da prevenção da saúde bucal no Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; ▪ Implantação de Programa de Ginástica Laboral
GP1.3 - Índice de absenteísmo	▪ Criação de Política de Fruição do Banco de Horas; ▪ Disponibilização de informações, sistematicamente, às Chefias imediatas quanto à situação de banco de horas dos servidores para fins de elaboração de programa de fruição, priorizando o gozo pelos servidores que já atingiram o tempo de serviço para aposentadoria

Objetivo estratégico - Aperfeiçoar a gestão orçamentária	
GF1.1 - Índice de perdas orçamentárias	▪ Otimização do Planejamento Orçamentário; ▪ Melhoria da capacidade de execução do Planejamento Orçamentário
GF1.2 - Índice de aderência orçamentária	▪ Viabilização de ações visando executar fielmente o orçamento planejado; ▪ Disponibilização de informações acerca dos índices de aderência estabelecidos no Plano Estratégico institucional
GF1.3 - Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	▪ Padronização dos Projetos Básicos e Termo de Referência; ▪ Implantação de modelo de classificação de processo por nível de prioridade; ▪ Viabilização de meios visando envolver as unidades administrativas no cumprimento da meta fixada

Objetivo estratégico - Fortalecer a governança	
GV1.1 - Índice de governança pública	▪ Aperfeiçoamento do sistema de Governança da Justiça Eleitoral, através da criação de Comitês, Comissões, alinhados às tendências atuais da boa governança; ▪ Definição de medidas para cumprimento dos critérios de boa governança, conforme questionário de avaliação de governança pública disponibilizado pelo TCU.
GV1.2 - Índice de governança de pessoas	▪ Criação do Comitê de Governança de Gestão de Pessoas como instância interna de governança na área de gestão de pessoas; ▪ Criação de Política de Governança de Gestão de Pessoas, com priorização na dimensão gestão de talentos
GV1.3 - Índice de governança de aquisição	▪ Sensibilização e capacitação dos servidores para atuarem como Pregoeiros; ▪ Formalização de documentação e implantação dos critérios não atendidos ou atendidos parcialmente.

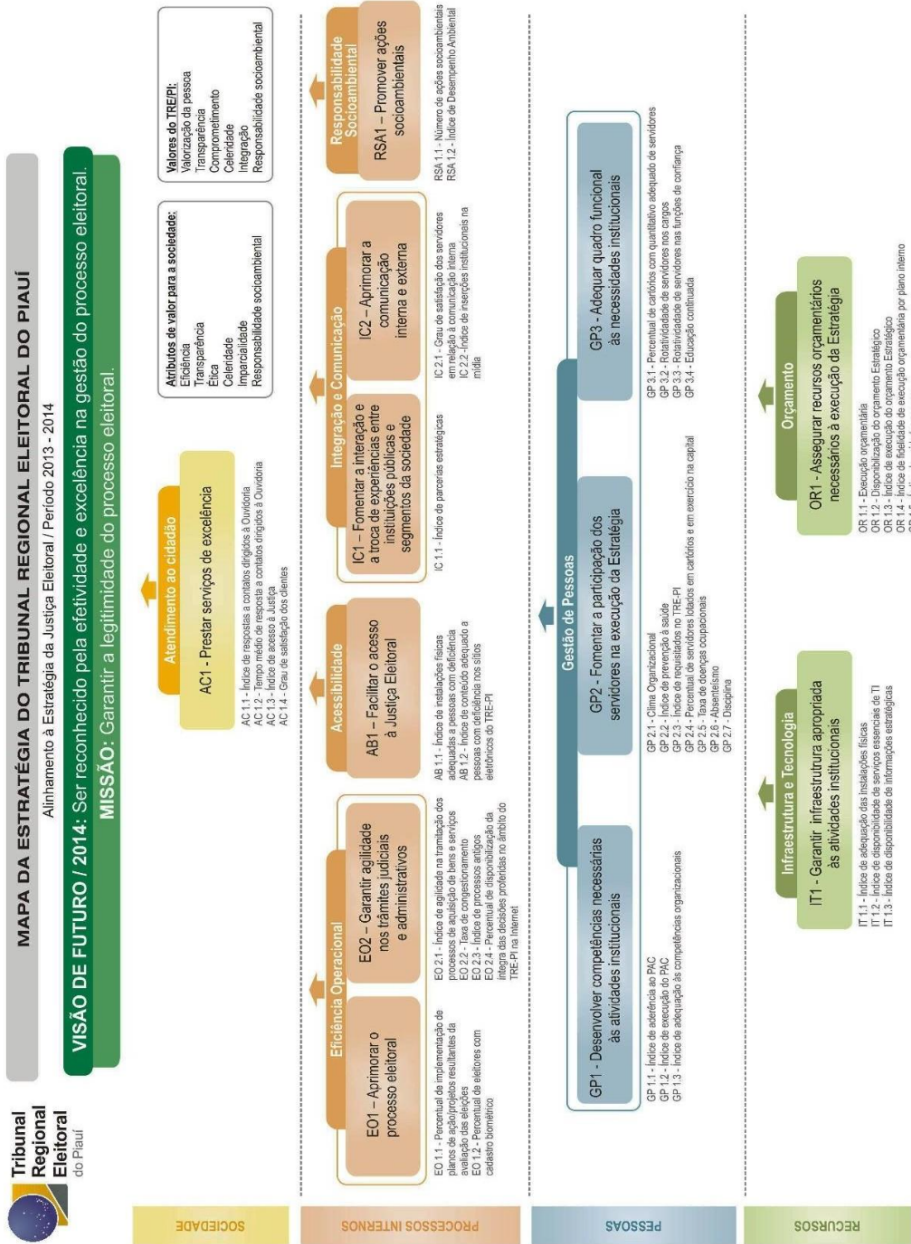
Objetivo estratégico - Fortalecer a infraestrutura e governança de TI	
IG2.1 - Índice de governança de TI	▪ Instituição e implementação de Política de Segurança da Informação; ▪ Instituição de modelo de governança de TI, alinhado ao COBIT; ▪ Elaboração e implementação da gestão de riscos de TI.
IG2.2 - Índice de maturidade em segurança da informação	▪ Instituição e implementação da Política de Segurança da Informação; ▪ Elaboração e implementação do Plano de Continuidade de Negócios; ▪ Instituição e implementação do processo de classificação de informações.
IG2.3 - Índice de nivelamento da infraestrutura de TI	▪ Instituição e implementação da Política de Segurança da Informação; ▪ Instalação de enlaces de comunicação de dados nas Zonas Eleitorais compatíveis com a Res. CNJ nº 90/2009; ▪ Aperfeiçoamento do Plano de Capacitação de TI, com alinhamento à Gestão por Competências do TRE-PI.

Anexo IV - Iniciativas por área responsável

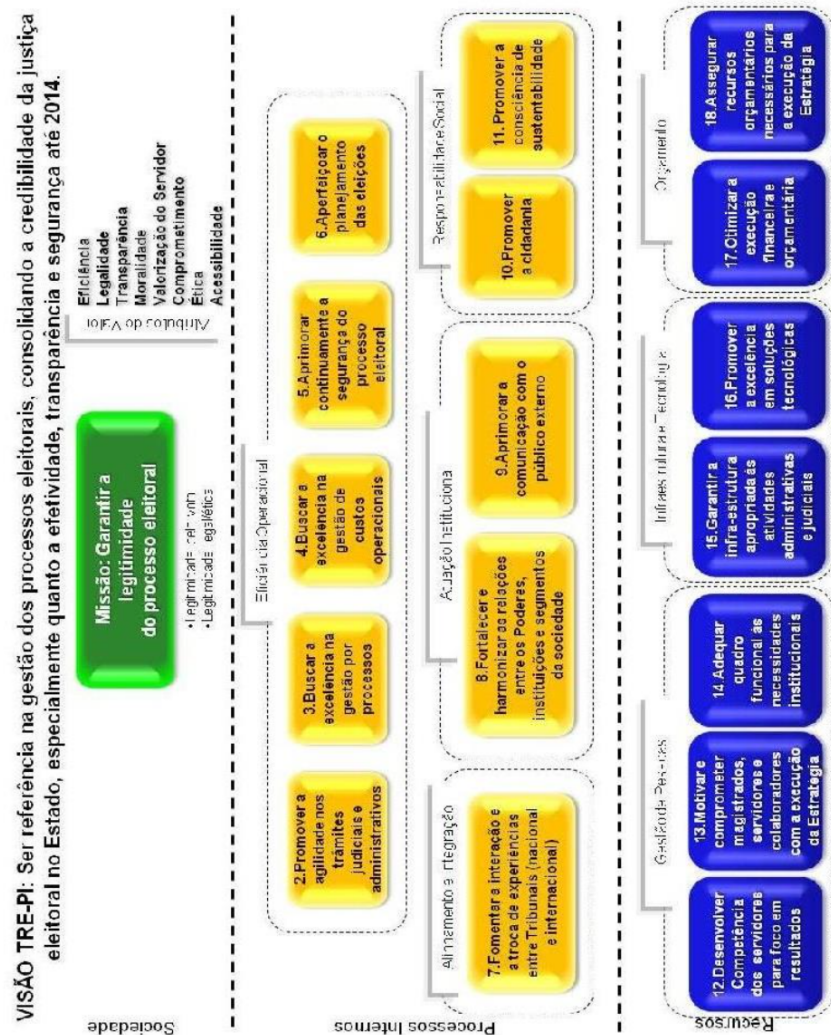
Responsável/Cumprimento	Iniciativas
Presidência	Ação da Justiça Eleitoral – voto consciente
	Jovem Eleitor na Escola
	Implementação da política de rezonamento, conforme Resolução 22422/2013
	Aperfeiçoamento do sistema de Governança da Justiça Eleitoral, através da criação de Comitês, Comissões, alinhados às tendências atuais da boa governança
Corregedoria Regional Eleitoral	Definição de medidas para cumprimento dos critérios de boa governança, conforme questionário de avaliação de governança pública disponibilizado pelo TCU
	Elaboração de Plano Anual de Inspeções Cartorárias
	Política de Orientação às Zonas Eleitorais para atualização da base de dados por ocasião do cadastramento
	Formação de Grupo de Trabalho “Gestão Processual” no âmbito de 1º grau
Diretoria Geral	Realização de Correções Extraordinárias e Inspeções relacionadas à gestão processual no âmbito do 1º grau
	Campanha de conscientização do eleitor
	Aperfeiçoamento do sistema de Governança da Justiça Eleitoral, através da criação de Comitês, Comissões, alinhados às tendências atuais da boa governança
	Definição de medidas para cumprimento dos critérios de boa governança, conforme questionário de avaliação de governança pública disponibilizado pelo TCU
Coordenadoria de Controle Interno	Elaboração de Plano de Monitoramento das Recomendações;
	Disponibilização de informações à Alta Administração acerca do cumprimento das recomendações no prazo estabelecido
	Instituição de política de avaliação de controles internos
	Formalização e implantação dos itens de controles internos administrativos
Escola Judiciária Eleitoral-EJE	Jovem Eleitor na Escola.
Ouvidoria	Capacitação dos servidores da Ouvidoria em atendimento ao público
	Sensibilização das unidades administrativas para atualizarem as informações na <i>internet</i>
Secretaria Judiciária	Elaboração de Políticas de Controle e Monitoramento da tramitação processual
Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças	Realização de parceria com o Tribunal de Justiça para adaptação dos imóveis ocupados pela JE, visando ao atendimento aos padrões mínimos de acessibilidade
	Elaboração, implementação e monitoramento do Plano de Manutenção dos imóveis ocupados pela Justiça Eleitoral
	Elaboração e instituição de modelo de gestão imobiliária
	Alocação de recursos para novas obras
	Otimização do Planejamento Orçamentário
	Melhoria da capacidade de execução do Planejamento Orçamentário
	Viabilização de ações visando executar fielmente o orçamento planejado
	Disponibilização de informações acerca dos índices de aderência estabelecidos no Plano Estratégico institucional
	Sensibilização e capacitação dos servidores para atuarem como Pregoeiros
	Capacitação dos fornecedores quanto às informações no sítio eletrônico do TRE-PI
	Aperfeiçoamento dos editais e termos de referência aos dispositivos da Lei 12846/2013 e Decreto 8420/2015;
	Adaptação da Resolução referente à Comissão de Sindicância (COSIND) às determinações constantes da Lei 12846/2013
	Aquisição gradativa de produtos sustentáveis
	Formalização de documentação e implantação dos critérios não atendidos ou atendidos parcialmente referente ao questionário de governança de aquisições
	Padronização dos Projetos Básicos e Termo de Referência
	Implantação de modelo de classificação de processo por nível de prioridade
	Viabilização de meios visando envolver as unidades administrativas no cumprimento da meta fixada para contratações dentro do prazo
	Elaboração de manual com definição da política de aquisições sustentáveis;
Secretaria de Gestão de Pessoas	Viabilização de ações visando sensibilizar fornecedores quanto à importância do fornecimento de bens que atendam a critérios mínimos de sustentabilidade.
	Disponibilização de cursos em EAD e/ou presencial aos servidores lotados em Cartórios Eleitorais

Responsável/Cumprimento	Iniciativas
	Elaboração de Programa anual de palestras educativas; Promoção de conscientização dos servidores quanto à relevância da realização dos exames médicos periódicos, por meio de orientações interna quanto à qualidade de vida; Inclusão da prevenção da saúde bucal no Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; Implantação de Programa de Ginástica Laboral Implantação do modelo de Gestão por Competência no TRE/PI Realização de mapeamento por etapa, iniciando com as unidades piloto – STI e SGP Criação do Comitê de Governança de Gestão de Pessoas como instância interna de governança na área de gestão de pessoas; Criação de Política de Governança de Gestão de Pessoas, com priorização na dimensão gestão de talentos Criação de Política de Fruição do Banco de Horas Disponibilização de informações, sistematicamente, às Chefias imediatas quanto à situação de banco de horas dos servidores para fins de elaboração de programa de fruição, priorizando o gozo pelos servidores que já atingiram o tempo de serviço para aposentadoria
Secretaria de Tecnologia da Informação	Implementação do Projeto Biometria aprovado para 2015-2016 Elaboração e implementação de Projeto Biometria 2017-2018 Solução de TI para conexão com os sistemas de comunicação; Instituição e implementação de Política de Segurança da Informação; Instituição de modelo de governança de TI, alinhado ao COBIT; Elaboração e implementação da gestão de riscos de TI. Capacitação dos fornecedores quanto às informações no site eletrônico do TRE -PI Elaboração e implementação do Plano de Continuidade de Negócios; Instituição e implementação do processo de classificação de informações. Instalação de enlaces de comunicação de dados nas Zonas Eleitorais compatíveis com a Res. CNJ nº 90/2009; Aperfeiçoamento do Plano de Capacitação de TI, com alinhamento à Gestão por Competências do TRE-PI.
Comissão Socioambiental TREciclar	Campanha de conscientização para redução de consumo com sustentabilidade
Imprensa e Comunicação Social	Workshop com profissionais de imprensa Plano de Campanhas Institucionais Solução de TI para conexão com os sistemas de comunicação Elaboração de estudo de implementação das ferramentas de medição das citações institucionais na mídia Criação de Grupo de Trabalho para elaboração do estudo com indicação dos melhores instrumentos de medição das citações institucionais na mídia.

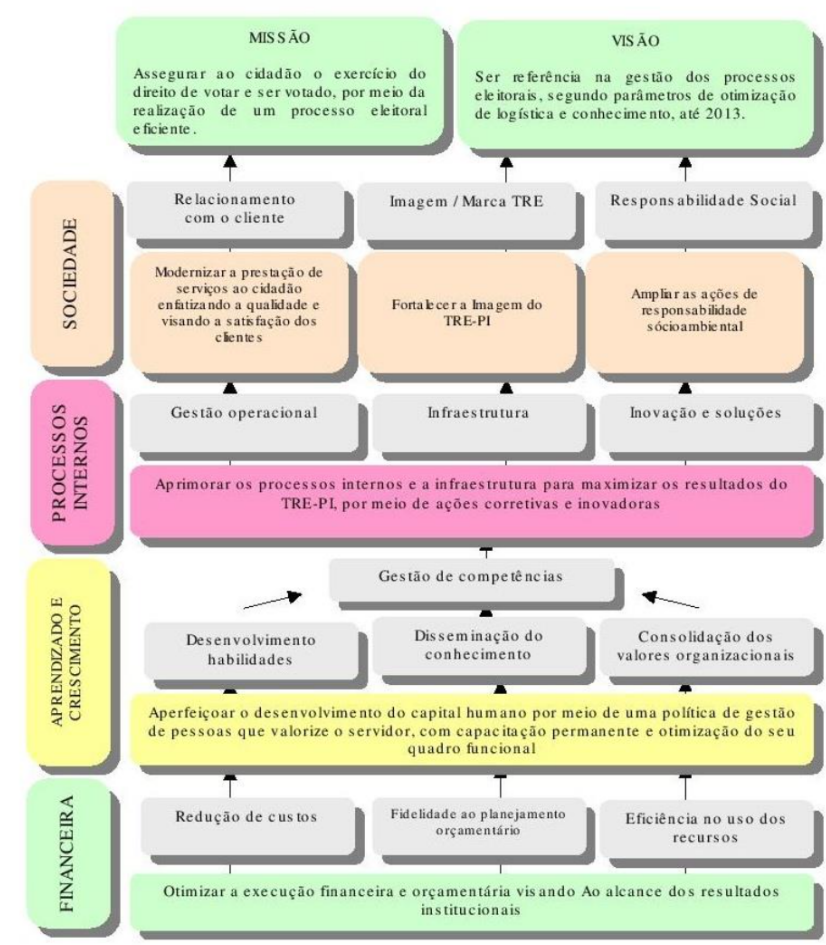
Anexo V - Mapa da Estratégia TRE/PI 2013-2014, alinhamento com a Justiça Eleitoral



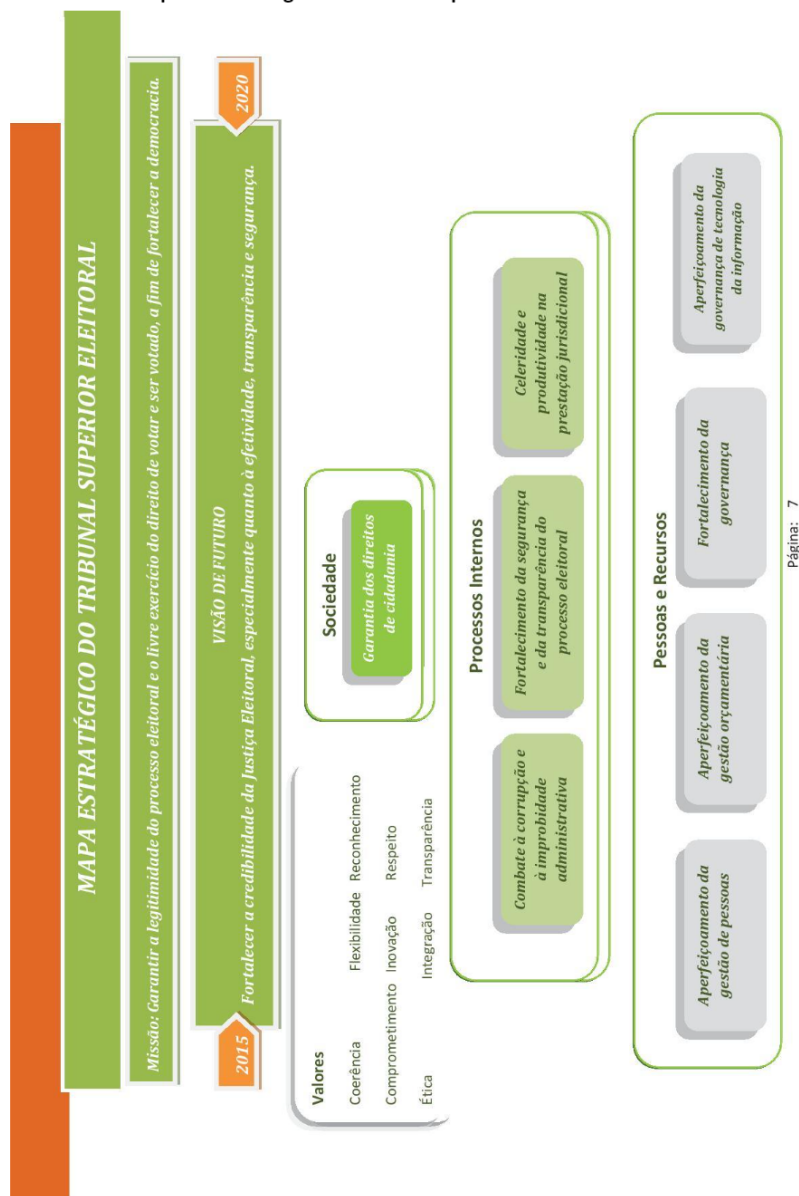
Anexo VI - Mapa da Estratégia TRE/PI 2010-2014, alinhamento com o Poder Judiciário 2010-2014



Anexo VII - Mapa da Estratégia TRE/PI 2009-2013, primeiro Plano Estratégico do TRE/PI

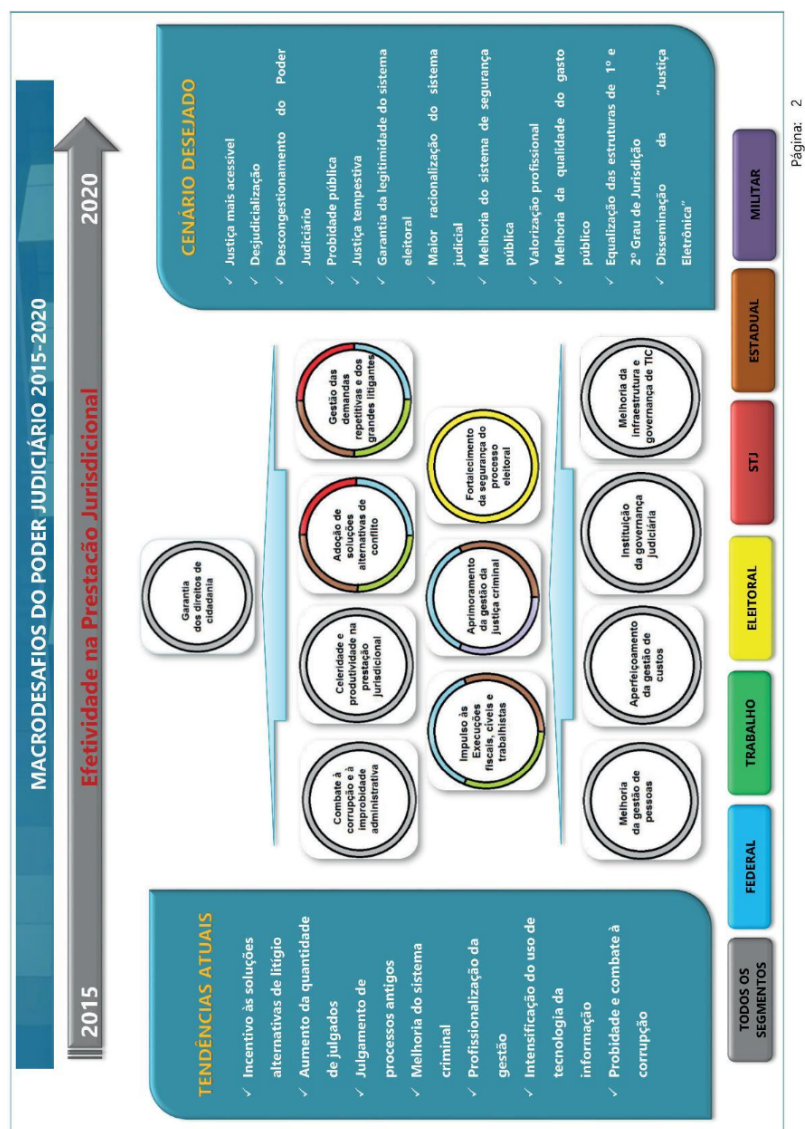


Anexo VIII - Mapa da Estratégia do Tribunal Superior Eleitoral 2015-2020

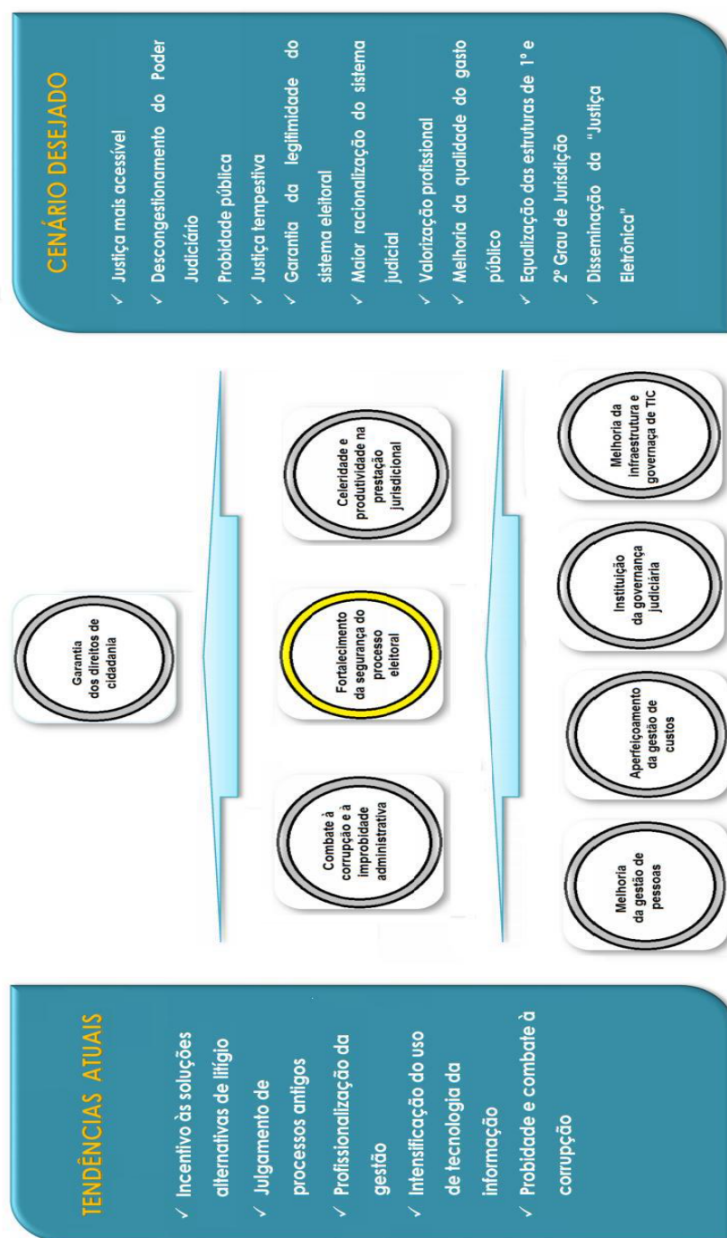


Página: 7

Anexo IX - Macrodesafios do Poder Judiciário 2015-2020



Anexo X - Macrodesafios do Poder Judiciário, aplicáveis a Justiça Eleitoral 2015-2020



Anexo XI - Quadro resumo das atualizações da Estratégia TRE-PI

Atualizações – Estratégia TRE-PI			
Descrição	Aprovação	Normativo	Data
Plano Estratégico 2008-2013	Pleno do TRE/PI	Res. TRE-PI nº 153/2008	17/12/2008
Alinhamento à Estratégia do Poder Judiciário – CNJ – 2010-2014	Pleno do TRE/PI	Ata da 112ª Sessão do TRE-PI	14/12/2009
Alinhamento à Estratégia da Justiça Eleitoral – 2013-2014	Pleno do TRE/PI	Res. TRE-PI nº 257/2013	08/01/2013
Estratégia 2015-2020	Pleno do TRE/PI		